



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Lucas Ferreira Cruvinel

**Da ocupação aos conselhos - notas etnográficas sobre a ação política estudantil
na UnB**

BRASÍLIA – DF

2018

Lucas Ferreira Cruvinel

**Da ocupação aos conselhos - notas etnográficas sobre a ação política estudantil
na UnB**

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Carla Costa Teixeira

Brasília – DF

2018

Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por meio de qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: Cruvinel, Lucas Ferreira

Título: Da ocupação aos conselhos - notas etnográficas sobre a ação política estudantil na UnB

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UnB.

Data de apresentação:

Resultado: _____.

Banca examinadora

Orientadora

Examinadora 1

Examinador 2

Suplente

Agradecimentos

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer minha família pelo amor e carinho que levaram com a mais íntima devoção. Mantiveram os sonhos vivos nas minhas madrugadas longas em que me recusava a dormir ocupado com esse trabalho e meus pensamentos. Em especial ao meu irmão, futuro engenheiro da computação, agradeço por me lembrar constantemente que nem sempre o simbólico tem essa importância toda e pela ternura em cada palavra. Sobre minha família eu vou ser econômico, são os atos cotidianos que ilustram da forma mais precisa o que sinto.

Agradeço aos meus amigos e amigas por cada gesto de carinho e por serem pessoas tão diferentes. Aos amigos e amigas que marcaram minha faculdade agradeço pelas reflexões espiraladas, pelo amor e cuidado, e por sempre terem a certeza de que nada iria tirar meu diploma de graduação. Aos amigos e amigas diversos, de outros cursos, de outros ambientes, agradeço não só pela amizade e pela companhia, mas por me lembrarem que há outros mundos e outras percepções na vida. Contudo, não importa o quão diversas sejam minhas amizades, todas elas foram pessoas que não duvidaram nem por um momento das minhas angústias e por isso sou eternamente grato. Peço também desculpas por cada convite recusado enquanto escrevia esse trabalho.

À minha orientadora Carla pelo gesto de coragem em aceitar um graduando em direito dentro da Antropologia. Lembro que amigos e amigas narravam a experiência de orientação como algo um pouco doloroso. Os comentários da orientadora pareciam se encaixar em dois grandes grupos: a orientadora guarda de trânsito ou a orientadora comentarista esportiva. A orientadora guarda de trânsito, uma verdadeira vigia foucaultiana, parecia sempre uma pessoa pouco empática, o aluno não entendia como melhorar o texto ou o que tinha feito de tão errado. Duas situações: uma que você foi pego alcoolizado no volante, sabe que está errado, mas o guarda questiona todo seu caráter e te multa sem nem te olhar nos olhos. A segunda é aquela notificação por estacionamento irregular, mas o aluno não entende o motivo da bronca porque todo mundo está parando o carro naquela vaga. A orientadora comentarista esportiva só aparece em dias de jogo e faz vários comentários óbvios que adicionam muito pouco a compreensão do jogo (pesquisa). Esse tipo de orientação pode até esclarecer algumas regras se você é muito novo na pesquisa acadêmica como a famosa regra do impedimento, mas não demora muito para você perceber que depois dos elefantes têm tartarugas e depois mais tartarugas. No fim, a conclusão

que o aluno chega é que ele não precisa de ninguém dizendo que agredir o juiz é motivo para expulsão (aquele plágio rasteiro no mundo acadêmico). Contudo, não foi minha experiência de orientação. Agradeço a Carla, então, não apenas pelo salto de coragem (e de fé) em ter aceitado um orientando do direito, mas pela dinâmica de orientação e conversas de corredor que nunca permitiram eu dar importância para minhas autocríticas. Agradeço também a Andréa Lobo e Luiz Eduardo Abreu por terem aceitado compor minha banca, é uma alegria imensa ter antropólogos tão distintos. Não poderia deixar de agradecer o Laboratório de Etnografia das Instituições e das Práticas de Poder (LEIPP) pelas questões e sugestões que levantaram ao longo da minha pesquisa e manter aceso meu interesse pela antropologia.

Agradeço aos estagiários e estagiárias, servidores e servidoras e terceirizadas da Defensoria Pública da União. Foram capazes de criar momentos em que eu esquecia minhas preocupações e tornaram as horas diárias no estágio um conjunto de minutos.

Por fim, agradeço a minha segunda casa, a UnB. Foi um espaço de lutas, de sonhos e de frustrações que integrou toda minha trajetória pessoal e intelectual. Vou guardar sempre boas memórias desse ambiente e espero que a Universidade, apesar das várias mudanças que ela vai passar ao longo dos anos, nunca se esqueça de seus valores enquanto espaço de pensamento crítico e de liberdade de expressão.

Cruvinel, Lucas Ferreira. Das ocupações aos conselhos - notas etnográficas sobre a ação política estudantil na UnB. Monografia (Graduação em Direito), Universidade de Brasília – UnB: 2018.

RESUMO

O estudo sobre movimentos sociais e suas relações com as instituições estatais são pontos de vasta reflexão entre pesquisadores. O presente trabalho pretende observar essas discussões e investigar a ação política do movimento estudantil em dois momentos distintos, o primeiro durante as ocupações de 2016 que ocorreram na Universidade de Brasília e o segundo a relação cotidiana entre os estudantes e os conselhos da administração superior da UnB. As situações vividas durante as ocupações e nas reuniões do Cepe, Cad e Consuni permitiram observar que não é possível separar ações políticas como ocupações, protestos e atos de ações construídas nas instituições e órgãos da UnB como os conselhos, colegiados, faculdades e institutos. O empreendimento etnográfico permitiu refletir, a partir da perspectiva estudantil, sobre as dinâmicas não apenas do movimento estudantil, mas entendê-lo em um contexto institucional de produção de sentidos.

Palavras-chaves: movimento estudantil; etnografia; conselhos universitários; Universidade de Brasília, instituições estatais.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Por que ocupar? Notas etnográficas sobre a ocupação estudantil da UnB em 2016	9
1.1 – Movimento estudantil: quem disse que sumiu?	9
1.2 – Conhecendo as ocupações de 2016 na UnB	15
1.3 – O Ritual de Ocupação	19
1.4 – Por que ocupar?	24
Capítulo 2 – E quando a universidade não está ocupada? Uma análise etnográfica sobre os conselhos da administração superior da Universidade de Brasília	28
2.1 – Um olhar sobre a dificuldade de pesquisar em contextos estatais	28
2.2 – Os três conselhos: Cepe, Cad e Consuni	31
2.3 – O papel do aluno na gestão universitária	40
Capítulo 3 – Desafios da articulação entre movimentos sociais e instituições estatais	45
3.1 – Um olhar sobre o que chamam de “novos” movimentos sociais	45
3.2 – Dentro ou fora? Relação entre movimentos sociais e instituições do estado	51
3.3 – Engajamento institucional: uma investigação sobre a mediação entre o movimento social e as instituições burocráticas	56
Conclusão	60
Referências bibliográficas	63

Introdução

A presente pesquisa procura investigar a participação estudantil em dois momentos distintos, o primeiro, durante as ocupações da Universidade de Brasília em 2016 e o segundo no contexto dos conselhos universitários da administração superior da UnB que possuem participação estudantil na figura dos representantes discentes. Na UnB, as estruturas de participação estudantil são os conselhos¹ e colegiados² das faculdades e institutos, Conselho Universitário (Consuni)³, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe)⁴, Conselho de Administração (Cad)⁵ e as câmaras dos decanatos⁶.

O capítulo 1 é, dessa forma, uma reflexão sobre as ocupações que ocorreram na UnB em 2016 em que busquei fazer uma investigação sobre o movimento estudantil, enquanto um movimento de juventude, e analisar as ocupações como um ritual de longa duração apoiado na chave de leitura do Gluckman sobre ritual de rebelião. O meu ponto de partida para compreender as ocupações foi a assembleia que ocorreu no dia 31 de outubro de 2016, no ICC (Instituto Central de Ciências)⁷, tendo em vista que foi nesse momento que os estudantes, reunidos em assembleia geral, convocada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE)⁸, decidiram por ocupar a reitoria da Universidade. No momento da assembleia, comecei uma observação etnográfica das ocupações que ocorreram por toda Universidade. Observei as atividades das instâncias decisórias, os processos organizativos, as regras e procedimentos dentro dos espaços ocupados, como também a linguagem utilizada nas notas públicas das páginas do *Facebook*.

Apesar de existir uma ressalva feita por Gluckman (2011) que os rituais políticos modernos podem não ser encarados como um ritual de rebelião, já que nossa ordem social é

¹ Cada unidade acadêmica possui um conselho para tratar de assunto que envolvem a unidade. Por exemplo, o Instituto Ciências Sociais possui um conselho que envolve professores e alunos de sociologia e antropologia.

² Cada curso possui um colegiado composto pelos professores e estudantes do curso para tratar de questões pertinentes a ele. Por exemplo, existe o colegiado do curso de sociologia.

³ Órgão máximo de deliberação colegiada da UnB, responsável pela formulação de políticas globais, a aprovação da programação anual de trabalho e a avaliação do desempenho institucional.

⁴ Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, responsável sobre as matérias acadêmica, científica, cultural e artística, sendo a última instância de deliberação para recursos nessas áreas.

⁵ Delibera sobre a matéria administrativa, econômica, financeira, de planejamento e orçamento, de gestão de pessoas e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e diretrizes orçamentárias estabelecidas.

⁶ São câmaras que auxiliam o trabalho dos conselhos superiores e estão dentro da estrutura administrativas dos decanatos (a administração da UnB é dividida em decanatos voltados para áreas específicas).

⁷ Prédio que congrega diversos cursos da UnB como arquitetura, comunicação, geologia, história, psicologia, filosofia, etc.

⁸ No momento o DCE estava sendo administrado por uma comissão eleitoral eleita pelo Conselho de entidades de Base (CEB), que é composto pelos Centros Acadêmicos dos cursos da UnB.

questionada e existe tensão entre diversos grupos, acredito que tal categoria pode elucidar um aspecto crucial das ocupações. Os estudantes, por mais que questionassem diversos aspectos da ordem social, não era de interesse dos mesmos mudanças na hierarquia universitária naquele momento. Em outras palavras, existia uma sensação de que após o término das ocupações, todos iriam retornar as suas vidas universitárias, a rotina de provas, trabalhos e seminários. Além disso, o repertório de ocupação, apesar de fazer parte do movimento estudantil, demonstra que é uma opção muito desgastante para os atores na universidade. Isso cobra uma avaliação constante sobre o uso dessa estratégia que precisa de uma mobilização grande de pessoas, frente a forma de fazer política cotidiana dentro da UnB.

As ocupações foram um momento de reencontro com o movimento estudantil. Já tinha até certo ponto me envolvido em tarefas do movimento estudantil, dessa forma, os ocupantes eram amigos ou conhecidos de vista, o que facilitou muito minha inserção no campo. Dividir angústias e questionamentos sobre minha pesquisa e momentos de descontração ocorreram sem causar desconfortos com meus interlocutores, além disso, compreendia alguns códigos e linguagens utilizados no campo (oposições entre autonomistas e organizados, demarcações entre Oposição de Esquerda, Majoritária e Campo Popular⁹, anarquistas, quem eram os militantes mais “antigos” no movimento estudantil e quem eram os mais “novos”).

Durante a pesquisa era comum os ocupantes apontarem conceitos e chaves de leitura que eu poderia utilizar na minha pesquisa ou questionamentos sobre minhas leituras em eventos específicos durante a ocupação. Isso me fez repensar a todo momento o meu duplo lugar dentro da ocupação. Por mais que, no momento em que compareci à assembleia que deflagrou as ocupações, tenha feito na perspectiva de ser um observador e de me apresentar com essa credencial dentro da ocupação, não foi apenas dessa forma que era visto pelos ocupantes. Estar na ocupação era ser lido como ocupante e minhas experiências anteriores do movimento estudantil me davam acesso facilitado ao mesmo tempo que eram minha identidade no campo. Relatar que estava fazendo pesquisa durante as ocupações era compreendido como “ah, então você também está fazendo pesquisa sobre as ocupações?” Isso demonstrava que meu duplo lugar não era uma escolha ao estar naquele ambiente, era algo que fazia parte de como era lido nos espaços. Ao mesmo tempo que me permitiu ter acesso a alguns espaços que pesquisadores

⁹ Na época das ocupações, os coletivos políticos que disputavam a União Nacional do Estudantes (UNE) estavam divididos em três grandes campos cada qual com suas formulações políticas e divergências.

normalmente não teriam, surgiu um desafio no momento de escrever sobre esse evento. Considerando todo o contexto político que normalmente deslegitima as ocupações enquanto forma de manifestação estudantil, existia um espaço limitado de informações que poderia veicular. Tentei me concentrar nos eventos que eram públicos e nas dinâmicas e conflitos que não envolviam divergências entre os ocupantes. Essa era uma postura de respeitar os compromissos firmados com os sujeitos do campo durante a minha pesquisa.

O capítulo 2 trata da análise das situações que observei nos conselhos universitários. Eu escolhi para observar o Consuni, Cepe e Cad por integrarem a administração superior da universidade. Dessa forma, iniciei, no começo do segundo semestre de 2018, uma observação etnográfica desses conselhos de forma a compreender a dinâmica produzida no contexto de seu funcionamento cotidiano. Apesar de ter comparecido às reuniões dos três conselhos, acabei analisando situações captadas apenas no Cad e Consuni, por terem sido mais frutíferas quanto às reflexões que me propus a fazer neste capítulo. Dessa forma, além de enfrentar o desafio de estudar a UnB enquanto instituição estatal, busquei compreender a negociação de sentidos que ocorrem dentro do ambiente dos conselhos e que permitem repensar as fronteiras entre as categorias de estudantes, professores e técnicos. Dessa forma, busca-se captar as possibilidades de ação política e as estratégias formatadas pelos estudantes no decorrer dos assuntos cotidianos dos conselhos da Universidade.

Captar as possibilidades e desafios que estão implicados no âmbito dos conselhos da Universidade requer se propor a refletir sobre a UnB e a sua relação próxima com os estudantes e o movimento estudantil. Investigar essa relação de proximidade é perceber que “instituições estatais e partidos são interpenetrados por movimentos sociais, muitas vezes desenvolvendo-se de movimentos, em resposta a movimentos, ou em associações próximas com movimentos” (GOLDSTONE, 2003, p. 2, tradução nossa). Essa interpenetração expressa a distinção, pouco clara, entre os papéis de militante do movimento estudantil e representante discente nos conselhos universitários. O que pretendo demonstrar é que não há como estudar os conselhos da UnB e o movimento estudantil de forma desvinculada.

Ademais, há de se entender que os conselhos universitários são apenas uma das articulações entre os diversos níveis e ramos administrativos da UnB que não necessariamente operam de forma harmoniosa. A noção de racionalização dentro do aparelho burocrático pode encobrir procedimentos atravessados “pela contingência e caos mal controlado” (GUPTA, 2012,

p. 14). O alerta de Gupta (2012) sobre os procedimentos burocráticos para tomada de decisão serve, ao observar os conselhos universitários, como lente para enxergar que, assim como o movimento estudantil é marcado por contradições, é possível também perceber as incongruências, a produção de contradições, no bojo das instituições do Estado¹⁰.

Poderia ser apontado que a participação estudantil dentro dos conselhos da UnB é pouco vigorosa, já que os próprios estudantes não visualizam de forma prioritária a atuação nesses órgãos de participação, e, assim, faria mais sentido focar apenas nas instâncias organizadas pelo próprio movimento estudantil. Apesar de que consigo visualizar que os conselhos são protagonizados pelos professores, acredito que há questões que justificam o foco dado às estruturas formais de participação da Universidade.

Primeiro, acredito que cientistas sociais podem contribuir para a compreensão de processos em locais que se encontram marcados por relações de poder. Em outras palavras, a qualidade de vida e a própria vida podem depender da medida em que os cidadãos compreendem espaços onde sujeitos moldam as atitudes e controlam as estruturas institucionais (NADER, 1972). Segundo, não há como se falar que o movimento estudantil age prioritariamente “fora” da política institucionalizada, quando os estudantes normalmente se engajam tanto em protestos quanto em ações que buscam influenciar e dialogar com instâncias estatais. A UnB, e de forma mais localizada os conselhos universitários, é apenas uma das articulações do Estado que atravessa a vida dos estudantes no cotidiano. Dessa forma, o contato diário realizado em conselhos, decanatos, faculdades, departamentos e institutos tornou rotineira as negociações que os estudantes realizam.

Por fim, o capítulo 3 tem a proposta de pensar a pesquisa em diálogo com a literatura sobre os “novos” movimentos sociais a atuação do movimento estudantil, que foi investigado em dois momentos, um que se deu por “fora” das instituições previstas da universidade, que seriam as ocupações, e outra que se deu por “dentro”, em relação aos conselhos da administração superior. A discussão central do capítulo refere-se à percepção de que as estratégias políticas do movimento estudantil, e movimento sociais, como processos que ocorrem “à margem” da

¹⁰ Pretendo me afastar da visão do Estado como ente dotado de vontade e intenção. Abrams (1988) sugere pensar o Estado com um sistema (“Estado-sistema”) caracterizado por sua estrutura e prática institucional, que se apresenta, nas sociedades capitalistas, como universal e opaco. Abrams (1988) propõe que abandonemos o Estado enquanto objeto material de estudo e, ao mesmo tempo, levar bastante a sério a ideia de Estado. Dessa forma, “apenas uma investigação da construção do Estado enquanto um poder ideológico permite tanto o reconhecimento dos seus efeitos quanto negar a noção que são efeitos de Estado” (ABRAMS, 1988, p. 78, tradução nossa).

política institucional. Apesar disso, o que se verifica na prática é que os participantes dos movimentos sociais transitam tanto por espaços relacionados à política institucional nacional como eleições, campanhas políticas quanto em ações de protestos e atos públicos. Além disso, com o fenômeno recente de participantes dos movimentos sociais assumindo posições dentro da burocracia estatal, figurando na posição de implementar políticas públicas, surge a possibilidade de investigar a relação entre os movimentos sociais e o Estado sob um novo prisma. Os chamados ativistas institucionais (ABERS; TATAGIBA, 2014) devem, dessa forma, saber equilibrar uma relação delicada entre a agenda dos movimentos sociais (muitos dos quais já participaram) com as restrições que a atividade burocrática impõe às formulações desses ativistas. Trata-se de um processo que mobiliza frustrações com a resistência a partir de uma posição dentro do estado e possibilidades em formular ações políticas com um alcance maior que os movimentos sociais possuem.

O que a princípio me pareceu um caminho tortuoso para refletir sobre as dinâmicas produzidas nessa relação entre os estudantes, universidade e estado, se revelou como uma possibilidade de, a serviço do empreendimento etnográfico, despertar “realidade/agências desconhecidas no senso comum, especialmente no senso comum acadêmico” (PEIRANO, 2014, p. 382). O desafio estava em compreender não apenas o movimento estudantil, mas entendê-lo em um contexto institucional de produção de significados.

Se, por um lado, as experiências de movimento estudantil me garantiram a familiaridade tanto com os participantes do movimento quanto com as estruturas da universidade, por outro, surge o desafio de conduzir as minhas observações etnográficas em um ambiente próximo e familiar. Sobre os desafios de se estudar o familiar, Velho (1981) comenta:

“Assim, ao estudar o que está próximo, a sua própria sociedade, o antropólogo expõe-se, com maior ou menor intensidade, a um confronto com outros especialistas, com leigo e até, em certos casos, com representantes dos universos que foram investigadores, que podem discordar das interpretações do investigador” (VELHO, 1981, p. 131).

Dessa forma, está colocado o desafio, durante o fazer etnográfico, de enfrentar as leituras divergentes entre a pluralidade de opiniões entre os próprios sujeitos pesquisados e dos sujeitos pesquisados com a leitura etnográfica do pesquisador. Os estudantes possuem seus acúmulos de experiência no movimento estudantil e graduandos de diversos cursos como história, ciências sociais, direito, geografia, comunicação, serviço social, relações internacionais, cada um com suas percepções e análises sobre as ocupações e as relações entre movimento estudantil e UnB.

Retomo, de forma a deixar claro, que durante minha pesquisa a etnografia surgiu não como uma técnica de pesquisa, uma forma dentre as várias que existem de se trabalhar no campo, mas como uma forma de produzir conhecimento. Desta maneira, eu me assentei em uma perspectiva que encara a etnografia como uma forma de produção de conhecimento em contexto “que tem na relação entre relevâncias empíricas (aquelas oriundas das relações com os sujeitos investigados) e teóricas (o esquema mental orientador da construção de hipóteses, questões e categorias da pesquisa) o seu marco distintivo” (TEIXEIRA; LOBO, 2015). Isso requer uma postura do pesquisador de encarar com seriedade não apenas seus questionamentos (reflexos de sua trajetória pessoal), mas também o ponto de vista dos sujeitos de pesquisa (TEIXEIRA; LOBO, 2015). A etnografia, assim, será lida como uma forma de construção de conhecimento científico, que possui, ao mesmo tempo, uma responsabilidade teórica, com os conceitos utilizados na pesquisa e uma responsabilidade com os sujeitos da pesquisa.

Em um primeiro momento, enquanto conduzia a etnografia com todas as dificuldades que essa transição possuía, sair de uma forma de produção de conhecimento menos voltada para a pesquisa empírica que era o direito para a tatear o universo da antropologia, tinha a impressão de que seria mais fácil acessar os participantes do movimento estudantil, com quem já tinha relações anteriores, do que os técnicos administrativos da universidade (já que visitei algumas vezes a subsecretaria dos órgãos colegiados para conseguir alguns documentos como lista de nome dos conselheiros e atas, resoluções e minutas que são elaboradas pelos servidores antes de produzir os documentos finais a serem publicizados). Essa percepção não se sustentou durante a condução da minha pesquisa.

Teixeira (2014) narra que durante suas pesquisas no Congresso Nacional foi surpreendida pela disponibilidade de um deputado federal que lhe disse: “não precisa marcar horário, pode vir a qualquer momento que eu lhe atendo”. Essa foi a mesma surpresa que tive quando alguns participantes do movimento estudantil me respondiam: “Eu tô na UnB o dia todo, só me procurar em tal lugar que a gente conversa”. Não preciso nem dizer que nem eu, nem Teixeira (2014) fomos recebidos. Outra situação etnográfica que Teixeira (2014) narra e que me fez repensar sobre as dificuldades e obstáculos na produção etnográfica foi quando entrevistou o candidato à Câmara dos Deputados Ricardo Fiúza. Ao sentar-se em frente à mesa de trabalho em que Fiúza despachava os assuntos de campanha com seus assessores, foi interpelada da seguinte maneira: “Você leu Weber?”. Teixeira (2014) reflete sobre esse evento como uma forma do sujeito

pesquisado checar as credenciais da pesquisadora ao estabelecer um diálogo. Apesar de não ter sido interpelado dessa forma durante minha pesquisa, minhas credenciais eram checadas pela minha trajetória de militância dentro do movimento estudantil, então, eu tinha feito parte da gestão do Centro Acadêmico de Direito, participado das ocupações de 2016, estava envolvido com coletivos políticos na UnB, participei de atos e manifestações que tiveram boas doses de gás de pimenta, ou seja, pesquisar sobre o movimento estudantil era colocar todas essas credenciais em jogo. Olhando para trás, talvez fosse melhor só ter lido Weber mesmo.

Ao contrário do que previ anteriormente, a relação com os servidores da Subsecretaria dos Órgãos Colegiados foi de poucos obstáculos. Ao chegar lá pedindo documentos ou informações, sempre fui atendido prontamente, sendo que a única formalidade foi me apresentar e contar um pouco da minha pesquisa no primeiro contato. Não tive que mandar ofícios, e-mails ou qualquer formalidade que antevia antes de começar a pesquisa (inclusive o e-mail que enviei como primeiro contato foi ignorado, o que prontamente já suspeitei da dificuldade de acesso a esse ambiente). Isso demonstra que, por mais que as respostas que buscava dos estudantes fossem informações públicas, repetidas em diversos espaços, eu disputava tempo com a rotina acadêmica e em diversos casos com a rotina eleitoral. Em outras palavras, percebi que os obstáculos etnográficos não são exclusivos de ambientes estatais. É necessário ponderar também que o aparato burocrático da UnB não se comporta com a mesma rigidez de balcões que podemos considerar mais “odiosos” como uma boa fila do INSS, isso porque os servidores estão acostumados com um público, os estudantes, que além de pautar suas relações de forma bastante informal, costumam possuir relações mais próximas com os técnicos do que em uma relação burocrática diversa.

Ao conduzir a pesquisa tendo como foco a perspectiva estudantil durante os eventos observados, não significa assumir que se trata de um trabalho de reprodução literal das falas dos participantes e muito menos, mesmo sendo um estudante, estou me colocando como capaz de substituir o lugar dessas pessoas. Em um contexto de pesquisa em que os sujeitos não se restringem apenas aos estudantes e, onde o protagonismo está nas mãos de outros atores como os professores, não estou buscando uma perspectiva única ou verdadeira dos acontecimentos, mas sim perceber como esses espaços de representação são capazes de movimentar os atores através dele.

1. Por que ocupar? Notas etnográficas sobre a ocupação estudantil da UnB em 2016

1.1 Movimento estudantil: quem disse que sumiu?¹¹

Esse capítulo está dedicado à investigação das ocupações que ocorreram na Universidade de Brasília no final de 2016. A proposta é compreender quais processos levaram os estudantes a ocupar, não apenas a reitoria da UnB, mas uma série de prédios e institutos, e identificar a ocupação como lócus privilegiado de investigação do movimento estudantil no contexto de suas dinâmicas sociais. Trata-se de uma investigação da ação política dos alunos em um momento dramático da vida estudantil em que os estudantes alteraram os canais de comunicação rotineiros da universidade e reformularam a maneira como se davam as disputas dentro da universidade.

Investigar movimentos que traçam como identidade a característica de ser composto pela juventude estando eu próprio nessa posição e já tendo participado do movimento estudantil gera o desafio de enfrentar minhas próprias concepções do que é ser jovem dentro da universidade. O tema da adolescência e juventude ganhou primeiramente destaque com a obra do psicólogo norte americano Stanley Hall (1904), constituída em dois volumes, que concebeu o período da adolescência como uma etapa de conflitos e crises, decorrentes particularmente dos impulsos/pulsões sexuais. Em uma perspectiva orientado pela ótica biológica, esse período de vida marcaria uma reconfiguração da personalidade e ao final um amadurecimento biológico representando um segundo nascimento para o indivíduo em sua trajetória psicológica de vida. Em outras palavras: “the adolescent is neo-atavistic, and in him the later acquisitions of the race slowly become prepotent” (HALL, 1904, p. 13).

Essa concepção de adolescência que teve com um expoente a obra de Stanley Hall (1904), enfrentou, posteriormente, um movimento que relativizou a generalização dessa fase da juventude como um processo de crises, de tempestade. Margareth Mead (1975) em seus estudos na Ilha de Samoa, com crianças e jovens mulheres verificou que a adolescência não se tratava, necessariamente, de um processo marcado por crises e turbulência, mas sim, no caso da Ilha de Samoa, de uma transição mais suave da infância para a adolescência. Isso revelou que estudos como de Hall (1904) que postulavam uma juventude como uma fase inerentemente conflitiva não se sustentavam, necessitando de outras construções teóricas para a juventude.

¹¹ Trecho de uma das músicas cantadas pelos ocupantes quando entravam na Reitoria da Universidade de Brasília.

Dessa forma, os estudos de Mead (1975) permitem perceber que a juventude é um “fenômeno cultural produzido pelas práticas sociais em determinados momentos históricos, possuindo manifestações distintas dependendo do contexto cultural. Não há como naturalizar a figura do jovem justamente por entender que ela está engendrada pelas práticas sociais.

Bourdieu (1983) comenta que a própria divisão entre onde começa e onde termina a juventude são arbitrárias, sendo um objeto de disputa em que cada sociedade determina fronteiras diferentes em determinados contextos históricos e culturais. Essa divisão também é capaz de determinar papéis sociais, o jovem na universidade é estudante, uma espécie de aprendiz, que completaria seu ciclo ao ingressar no mercado de trabalho ao término de seu curso. Quando observamos classificações por idade (mas também por gênero, raça e classe) percebe-se que elas acabam “por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar” (BOURDIEU, 1983, p. 1).

O contorno da discussão no que diz respeito à categoria de juventude é substituir o termo por juventudes, não obstante a convergência de que os sujeitos estão dentro da faixa etária que caracteriza um jovem, “a expressão utilizada no plural quer enfatizar as diversidades de juventude que podem ser analisadas, segundo alguns fatores categóricos que se tornam primordiais nesta classificação, tais como: classe social, cor, sexo e grupo social” (GUIMARÃES;GRINSPUN,2008,p.7).

O que Bourdieu (1983) demonstra é que os conceitos de juventude e de velhice não estão dados, são construções teóricas que nascem das disputas entre jovens e velhos, é justamente nos ruídos da relação entre idade social e biológica que nascem mediações e sentidos sobre o que é “ser jovem” ou “ser adulto”. Dessa forma, a definição sobre a fase de vida e a própria noção de tempo está muito vinculada à percepção dos atores sociais, a juventude se situa em uma relação íntima com o tempo, biologicamente e culturalmente, além de mediação e tradução de seus conflitos básicos com os membros que não se identificam com a categoria de juventude.

Desta maneira, conforme Mellucci (1997, p. 8) “a definição de tempo torna-se uma questão social, um campo cultural e conflitivo no qual está em jogo o próprio significado da experiência temporal”. Em outras palavras, a juventude não é mais somente uma categoria vinculada à idade biológica, mas trata-se de uma definição cultural (MELLUCCI, 1997). Essa ideia revela o quão particular pode ser a experiência de juventude(s), esse estado entre a infância e a vida adulta, pode ser altamente manipulável ou manipulado dependendo do seu contexto de

uso. Isso requer atenção redobrada para trabalhar com uma categoria que consegue abraçar contextos sociais tão distintos que algumas vezes a única parte em comum é a idade biológica.

Quando se observa o movimento estudantil na UnB, observa-se uma composição de pessoas advindas de diversos estratos sociais, raciais (muito em razão da política de cotas) e de gênero, o que, a priori, levanta o questionamento de como a categoria de juventude, no singular, pode designar situações e trajetórias sociais tão diversas. Acredito que há duas questões a serem levadas em conta nesse caso. Bringel (2009, p. 103) afirma que existe uma identidade de baixa intensidade no movimento estudantil, seja pelo caráter de curto prazo de suas lutas quanto em razão “de uma habitual convergência de perfis e identidades militantes quando o estudante também milita em outro movimento social ou em alguma força política”. Dessa forma, o aspecto de identidade em torno da palavra juventude que se estabelece no movimento estudantil, atribui um solo comum de solidariedade e cria um senso de cumplicidade e companheirismo atrelados não apenas a idade biológica, mas também contextos e eventos localizados ou não.

O contexto dentro da UnB tem como algo marcante dessa categoria acionada de juventude o seu envolvimento com o movimento estudantil. Dessa forma, compreender como os atores encaram esse seu tempo de “ser jovem” dentro da Universidade, passa por entender, de forma breve, um pouco da dinâmica do movimento estudantil, pois é nele em que os estudantes organizam e vocalizam suas demandas. Portanto, participar do movimento estudantil é uma das formas de compreender a própria produção de sentidos relacionados à categoria de juventude. Bringel (2009) relata a dificuldade de caracterizar e definir o que seria o movimento estudantil, mas alerta para três confusões: Ação coletiva *versus* movimento estudantil, movimento estudantil em singular *versus* movimentos estudantis em plural e movimento estudantil *versus* organização estudantil.

Na primeira diferenciação o autor adverte que vários intérpretes “veem em uma ação o movimento estudantil, quando, na realidade, o que existe é somente uma ação coletiva (a exemplo de um protesto isolado no refeitório de uma faculdade)” (BRINGEL, 2009, p. 100). Dessa forma, as ações podem até ser resultado ou não da atuação de um movimento estudantil, contudo, caso sejam isoladas, são simplesmente uma ação coletiva (BRINGEL, 2009).

A segunda diferenciação seria entre movimento estudantil, em singular, e movimentos estudantis, em plural, de forma que, quando se fala de movimento estudantil no singular, não se

deve ignorar a existência de diferenças entre os movimentos estudantis e as tensões e conflitos entre eles (BRINGEL, 2009).

Por fim, na terceira diferenciação, destaca que há um equívoco entre o que se atribui como ato do movimento estudantil e o que é uma ação coletiva convocada por uma organização ou entidade estudantil institucionalizada (BRINGEL, 2009). Dessa forma, “somente se tratará de um movimento estudantil se a organização não estiver institucionalizada” (BRINGEL, 2009, p. 100). Vechia (2012) ressalta, ainda, uma possível dificuldade de enquadrar o movimento estudantil na categoria de movimentos sociais por não possuírem continuidade no tempo, ou seja, serem comportamentos coletivos caracterizados por ação episódica e incomum.

O esforço de classificação feito pelo autor parece não considerar, necessariamente, o ponto de vista dos sujeitos envolvidos. O texto, apesar de recheado por autores e reflexões teóricas, é marcado por um silêncio da fala de participantes do movimento estudantil e ferramentas para captar o ponto de vista desses sujeitos.

Quanto à primeira diferenciação, ela se choca com a própria percepção dos ocupantes na UnB do que seria uma ação do movimento estudantil ou uma ação coletiva isolada. Ao colher frases dos ocupantes sobre o “movimento estudantil ser tudo” ou que “a luta do movimento estudantil é uma das causas da ocupação”, fui percebendo que “as ações coletivas isoladas” que o autor mencionou eram encaradas, na realidade, pelos ocupantes, como ações do movimento estudantil. Dessa forma, para os ocupantes, no momento em que eles começaram a se envolver em atividades concernentes ao ambiente da universidade, eles estavam se envolvendo no movimento estudantil.

Assim, é muito difícil, e até mesmo improdutivo, separar o que é ação coletiva isolada do que é ação do movimento estudantil, quando os próprios participantes do movimento reivindicam as ditas ações coletivas isoladas como fruto da atuação do movimento estudantil, além de participarem dessas ações.

Como última consideração de forma a expandir o entendimento sobre movimento estudantil, volto na terceira diferenciação de Bringel (2009) entre ato do movimento estudantil e ação coletiva convocada por uma organização ou entidade estudantil institucionalizada. Se pensarmos nos espaços institucionalizados de representação estudantil como CAs¹² e DCEs¹³, o

¹² Representação estudantil de cada curso, assim, cada curso tem um Centro Acadêmico que o representa.

¹³ Representação estudantil de toda a universidade.

que o autor coloca é que a ação coletiva convocada e construída por essas entidades não é ação do movimento estudantil. Essa reflexão não encontra eco quando observo o movimento estudantil. Apesar de CAs e DCEs serem representações institucionalizadas, estas são entidades construídas pelo movimento estudantil e que pautam demandas desse movimento.

Isso ocorre devido à própria forma em que essas entidades de representação são constituídas. Suas eleições são disputadas por participantes do movimento estudantil, além de todo o processo eleitoral ser organizado quase que exclusivamente por estudantes¹⁴. Assim, além de muitas pessoas envolvidas no movimento estudantil fazerem parte dessas entidades de representação estudantil, ainda existe o fato de que é por meio de CAs e DCEs (de forma mais comum o primeiro que o segundo) que muitos se envolvem pela primeira vez com o movimento estudantil. Isso significa dizer que ações coletivas convocadas por essas entidades podem, e são, ações que fazem parte do cotidiano do movimento estudantil.

Se é possível, assim como feito pelo autor acima, fazer uma discussão focada nas dimensões formais, ou seja, quem convoca as ações do movimento, o que é ação coletiva isolada, ou o que é ação do movimento estudantil, há outra discussão mais relevante que focaliza o engajamento moral, a construção de valores e as intenções dos atores. Ao ser perguntado sobre qual a importância de se estar na ocupação, A respondeu:

“Era importante estar naquele espaço, justamente, pra ir aprendendo né, e... sempre se perguntando sobre o que pode fazer pra ir melhorando, e, e compromisso militante, era uma questão de ter uma certa responsabilidade, não adianta só falar eu quero isso, só que não colocar em prática. As conquistas de direitos coletivos dependem de uma identificação com o outro e um sentimento de tamo junto nessa, a gente só vai conseguir derrotar a PEC se a gente conseguir se organizar coletivamente com uma auto disciplina e pensando no coletivo. Não tem ninguém falando, tipo, ah, fulano, seu dever na ocupação esse, esse e esse, não é uma responsabilidade que vem de cima, vertical, é um sentimento de disciplina e responsabilidade que parte das próprias pessoas que são muito honestas no que elas acreditam e estão lá por causa disso.” (Estudante anônimo).

Percebe-se na fala desse estudante o que pode ser chamado de ética militante, ou seja, a sensação de responsabilidade, de missão, de compromisso ético com as pessoas que estão no espaço mesmo que você não as conheça e uma noção de sacrifício pessoal em prol do coletivo e de algo maior. Feuer (1969, p. 53) descreve isso como, “To their own consciousness, students in the students movements have been the bearers of a higher ethic than the surrounding society”.

¹⁴ Isso depende da conjuntura de cada localidade.

Esse “algo maior” aparece em outra fala de A ao ser perguntado sobre o motivo de ter se envolvido na ocupação:

“Não era só a PEC, pra mim, também era experimentar novas formas de organização, prefigurar um novo mundo pq enfim, pra tipo, na superação desse modelo atual capitalista, é, não vai ser uma hora para outra que vai mudar, as nossas cabeças ainda estão muito presas a essas formas de opressão e a gente tem que desconstruir no dia a dia.” (Estudante anônimo).

Prefigurar significa antecipar um novo mundo, pressupõe na fala desse estudante uma ação para configurar um mundo que, por um lado, rejeita os valores de outras gerações e, por outro, pretende avançar em aspectos do mundo em que essas gerações não alcançaram o fim desejado. Feuer (1969) sustenta que enquanto a maioria das lutas sociais está atravessada por um conflito de classe, o movimento estudantil está permeado pelo conflito geracional. Geração não é definida apenas pela data de nascimento, mas sim pelo momento histórico que esses indivíduos compartilham. Deste modo, para Salles e Franch (2017), em determinado contexto histórico, a juventude estará conectada de forma ampla pelas suas idades. Entretanto, suas experiências, suas trajetórias, “são permeadas por situações distintas e também por conformidades que afunilam essas gerações, sendo possível falar de gerações dentro de uma mesma geração (SALLES; FRANCH, 2017, p. 2).

O conflito geracional na UnB não se identifica apenas com a diferença de idade entre estudantes, professores e técnicos, mas é algo que envolve trajetórias, condições sociais e culturais articuladas com idade, classe social, gênero, raça e sexualidade. Dessa forma, podem existir recortes geracionais diferenciados entre os próprios estudantes, entre os professores e entre os técnicos.

Ao visualizarmos o contexto das ocupações isso ajuda a explicar a existência de conflitos entre os estudantes a favor da ocupação e os estudantes contrários à ocupação, além da divisão feita, pelos ocupantes, entre os professores “de luta”, aliados e simpáticos ao movimento de ocupação, e os professores “reaças”, adversários políticos e contrários ao movimento de ocupação. Portanto, a diferença entre os grupos favoráveis e contrários não era fruto apenas de idade, era uma diferença que perpassava as relações sociais e políticas construídas na trajetória, nas experiências e nos afetos de cada estudante.

Durante a etnografia ao permitir expor-me à dimensão da experiência do outro ao afeto, estava indo ao encontro dos significados construídos pelos ocupantes de forma a compreender,

não apenas os conflitos, mas a dimensão da experiência do que era ser um ocupante. A experiência de ser um ocupante estava, necessariamente, atrelada com a experiência de ser um estudante universitário e com a experiência do movimento estudantil na UnB. Ser estudante é um evento momentâneo na vida das pessoas, elas se formam, trancam o curso, mudam de cidade, e isso está ligado a própria transitoriedade do movimento estudantil. Somam-se a isso os inúmeros processos que fazem os estudantes se envolver com a militância - amizades, centro acadêmico, DCE, coletivos, etc - ou se afastarem dela - desgastes pessoais, vida acadêmica e profissional, saúde, etc.

O título dessa parte do texto “movimento estudantil: quem disse que sumiu?” faz referência a uma música cantada pelos ocupantes como uma provocação desse caráter transitório. Cantam para demonstrar que a fluidez de seus participantes não é um entrave para suas ações, algo que fica claro com o último verso: “aqui está presente o movimento estudantil”. É essa presença marcante do movimento estudantil nas ocupações de 2016 na UnB que vou buscar analisar com o aporte da literatura sobre rituais.

1.2 Conhecendo a ocupação de 2016 na UnB

A ocupação teve início no dia 31 de outubro, com a decisão de ocupar o prédio da reitoria realizada em assembleia estudantil, e seu fim em 14 de dezembro de 2016, foram 45 dias com diversos prédios ocupados, aulas paralisadas¹⁵, palestras públicas, cine debates, rodas de conversa, reuniões, assembleias e uma convivência intensa dos estudantes em cada prédio ocupado da universidade.

O cenário das ocupações é bem complexo, foram ocupados diversos prédios e institutos como: Quilombo – Diretório Acadêmico Negro (sala BT 620), FUP (Faculdade UnB Planaltina), prédio da Reitoria da UnB, FAC (Faculdade de comunicação), FAU (Faculdade de arquitetura e urbanismo), BSAs (Blocos de Salas de Aula Sul), PAT (Pavilhão Anísio Teixeira), PJC (Pavilhão João Calmon), IDA cen (Instituto de Artes de Brasília Cênicas). IDA vis (Instituto de Artes de Brasília visuais), CET (Centro de Excelência em Turismo), FE (Faculdade de Educação), FCI (Faculdade de Ciência da Informação), IL (Instituto de Letras), FD (Faculdade de Direito), GPP (Gestão de Políticas Públicas), BSA n (Bloco de Salas de Aula Norte), IDA

¹⁵ Em decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), o calendário acadêmico foi redefinido para que não houvesse maiores prejuízos às aulas que não puderam ser ministradas durante as ocupações.

música (Instituto de Artes de Brasília música)¹⁶. Alguns prédios eram exclusivos de alguns cursos como a FAC (ocupação que concentrava estudantes do curso de comunicação) e exigiam, além das demandas nacionais, pautas específicas do curso. Enquanto que outros prédios abrangiam estudantes de diversos cursos de graduação, como os Pavilhões (PAT e PJC) e os Blocos de Salas de Aula (BSAn e BSAs), e havia o convite de forma geral para os estudantes se mobilizarem em relação às demandas nacionais. Diante dessa enorme quantidade de ocupações ocorrendo simultaneamente, não consegui acompanhar todas diariamente, na verdade, acompanhei de forma mais assídua a ocupação do prédio da Reitoria.

Ao ocuparem algum prédio da universidade, os estudantes se dividiam em comissões em que pessoas ficavam responsáveis por algumas atividades essenciais para manter a ocupação, como segurança do prédio, questões de saúde mental dentro da ocupação e diálogos com a reitoria ou outras ocupações, limpeza do espaço, etc. Nem todas as ocupações adotaram as mesmas comissões, mas existia uma estrutura mais ou menos comum no tocante à organização das ocupações. Na Reitoria as comissões que foram criadas foram: articulação, segurança, estrutura, comunicação e cultura.

A comissão de articulação era responsável pelos diálogos com a então gestão do Reitor Ivan Camargo, articulação com o SINTFUB, articulação com Centros Acadêmicos, o processo de passagens em sala para conquistar pessoas para as ocupações, articulação com outras ocupações. Foi responsável, inicialmente, por elaborar um texto, que foi postado na página Ocupa UnB, explicando o que aconteceu na assembleia que deliberou pela ocupação do prédio da Reitoria. Outras ocupações tinham suas comissões responsáveis por essas articulações e era no ritmo intenso de reuniões que eram definidas as demandas, problemas que cada ocupação estava tendo seja de estrutura, seja de ameaças constantes que eram feitas.

Inicialmente era essa comissão responsável quando havia reuniões com representantes da gestão de Reitoria à época sendo que, posteriormente, as assembleias indicaram pessoas encarregadas das reuniões de negociação. As reuniões eram marcadas por uma mistura de cordialidade e tensão. Apesar dos representantes da gestão de Reitoria à época sempre terem uma postura de certa forma amigável, era visível a inflexão com relação às demandas estudantis.

¹⁶ O BSAn e a FD se tratavam de ocupações apenas de mulheres reivindicando políticas de gênero, enquanto que o Quilombo foi uma ocupação de pessoas negras com o foco em políticas afirmativas de raça.

Paralelo a isso, existiam processos judiciais¹⁷ com pedidos de desocupação da universidade que aumentavam não apenas a tensão nos momentos de negociação, mas uma certa impaciência com a aparente falta de disposição da Reitoria em dialogar com o movimento. Os estudantes já possuíam uma parcela considerável de desgaste com a gestão do reitor Ivan Camargo em processos anteriores de mobilização, além de ser claro em 2016, que a Reitoria era contrária às ocupações dos prédios que estavam ocorrendo.

A comissão de segurança era responsável pela segurança interna da ocupação. Realizava rondas noturnas e se preocupava com a segurança individual entre os ocupantes. A comissão de segurança se organizava e estabelecia regras sobre o uso de piquetes ou alguma outra forma de restringir a entrada de pessoas, o que era sempre um trabalho muito difícil porque cotidianamente pessoas iam se incorporando às ocupações e outras podiam mudar de prédio ou retornar à rotina acadêmica (nem todas as aulas estavam paralisadas mesmo com essa quantidade de prédios ocupados). Existia também uma preocupação com as fotos que eram tiradas dentro da ocupação, muitos estudantes tinham medo de serem responsabilizados posteriormente por possíveis danos ou até mesmo julgados.

A comissão de comunicação era responsável pelo gerenciamento da página de *Facebook*, *Twitter* e, futuramente, pela rádio da ocupação, além de ficar encarregada do diálogo com a imprensa, tanto independente quanto grande mídia. Elaborou folhetos com instruções sobre como realizar uma assembleia – já que os diversos cursos da UnB estavam puxando assembleias para discutir ocupações de suas unidades acadêmicas – e sobre como dialogar com a imprensa¹⁸. A comissão de comunicação chegou a fazer uma transmissão ao vivo pela página do *Facebook* “Ocupa UnB” do ato contra a PEC 241/55 na esplanada dos ministérios. O alcance da página, hoje¹⁹ com 11.232 curtidas, com postagens diárias, estava assentada no espírito dos ocupantes dessa comissão de constituir uma mídia alternativa e independente da Ocupação.

¹⁷ Durante as ocupações em 2016 na UnB, houve um Procedimento Preparatório na Procuradoria Regional do Distrito Federal (PR/DF) e três processos judiciais no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

¹⁸ Foi confeccionado um manual pela comissão de comunicação da reitoria contendo 6 passos sobre como dialogar com a imprensa. O 1º passo era “ser simpático e cordial independente do veículo em questão”. O 2º passo era identificar qual era o veículo e se sua linha editorial era condizente com a proposta dos ocupantes. O 3º passo era identificar qual a pauta, se não estivesse alinhada, deveria-se passar o e-mail para contato e encerrar o encontro. Se estivesse alinhada, deveria-se prosseguir com o próximo passo. O 4º passo era consultar a assessoria de imprensa da ocupação para aprovar entrevistas e indicar entrevistados. O 5º passo era gravar a entrevista para ter registrado e poder responder à mídia caso houvesse deturpação de fala. O 6º passo era perguntar onde seria veiculado a notícia e ficar de olho na publicação.

¹⁹ 22 de novembro de 2018

A comissão de estrutura se preocupava basicamente com as questões de alimentação dos ocupantes, colchões de dormir nas ocupações, utensílios que faziam parte do prédio da reitoria como a cafeteira e o micro-ondas, limpeza, ou seja, o que dizia respeito ao espaço físico e as condições materiais para continuar ocupando. A comissão de cultura tinha um caráter mais lúdico, preparava intervenções artísticas, realizava oficinas de confecções de cartazes, organizava *happy hours*, saraus e atividades diversas dentro da ocupação como ioga, aulas, cine debates. Era uma comissão que pensava o bem-estar dos ocupantes, formas de manter a circulação de pessoas – manter a ocupação com atividades e movimentada – e momentos de descontração. Todas as atividades desenvolvidas pelas comissões desde as palestras, reuniões, saraus e assembleias estavam orientadas para discutir os problemas referentes à educação pública e debater soluções alternativas às medidas legislativas que estavam sendo propostas.

Apesar de não ser um grande obstáculo conseguir entrar e participar de uma comissão, nem todos os ocupantes vão se estabelecer em uma comissão ou serão ativos dentro de uma. Apesar das comissões desenvolverem atividades essenciais para manter o movimento de ocupação, várias pessoas se integraram de outras formas seja com doações, participações pontuais em assembleias ou até mesmo frequentando apenas as atividades como saraus e aulas públicas. Em outras palavras, existia um contingente considerável de pessoas que foram envolvidas nas atividades da ocupação, mas que não estavam fisicamente nos prédios envolvidos com comissões e organização de atividades.

Além das comissões, existiam outros espaços responsáveis por decidir os “rumos” da ocupação. A maior parte das deliberações cotidianas ocorriam nas comissões, contudo várias questões tidas como essenciais ou sensíveis/polêmicas tinham a necessidade de serem aprovadas em assembleia. As assembleias eram espaços abertos para os ocupantes, em que todos tinham direito a voto e voz. Houve também instâncias que envolviam reuniões de diferentes comissões como forma de compartilhar o que estava sendo decidido em cada comissão.

Essa diversidade de instâncias, cada uma com sua designação específica, (às vezes não tão clara) criava dificuldades sobre os procedimentos necessários em determinadas situações. Lembro que no início da ocupação do prédio da Reitoria, uma professora me mandou uma mensagem dizendo que tinha interesse em dar uma aula pública. Ela tinha enviado um e-mail para o endereço eletrônico da ocupação e não obteve resposta, dessa forma, pediu para que eu olhasse qual era o procedimento adequado para que ela pudesse organizar essa aula pública. Eu

fui verificar na comissão de comunicação se ela estava organizando os pedidos dos professores que queriam realizar alguma atividade no prédio da Reitoria. Contudo, fui informado na referida comissão que, na verdade, essas atividades estavam sendo organizadas pela comissão de cultura diretamente. Ao chegar na comissão de cultura, fui surpreendido pela resposta de que apesar de ser a comissão responsável para organizar as aulas públicas, era a comissão de comunicação que estava fazendo uma espécie de triagem dos pedidos. Posteriormente, depois de muitas conversas, a professora em questão conseguiu dar sua aula na Reitoria.

Essa pequena anedota que vivi no campo era um lembrete de que nem todos os ocupantes sabiam como tudo dentro da ocupação funcionava. Essas dúvidas e disputas acerca de procedimentos existiam porque cada expediente dentro das ocupações estava sendo criado conforme a necessidade e redefinido constantemente pelos próprios atores. As estruturas de organização da ocupação não estavam dadas, assim, estavam sujeitas a mudanças por surgir outras necessidades dentro da ocupação ou outros métodos iam se consolidando no decorrer das práticas cotidianas.

1.3 O Ritual de Ocupação

As ocupações não são novidade na cena política brasileira - sendo uma ferramenta utilizada por movimentos sociais - e muito menos no cenário estudantil. Vimos recentemente, em 2007 e 2008²⁰, reitorias de universidades ocupadas por estudantes com diversas reivindicações e nos fazendo repensar sobre os processos que gestaram as ocupações em universidades.

No dia 31 de outubro de 2016 acontecia um dos maiores eventos envolvendo ocupação estudantil na UnB, em consonância com um movimento nacional de ocupação de escolas e universidades contra as reformas feitas pelo governo federal²¹. A Universidade estava fervilhando, o movimento estudantil se mobilizava politicamente e, contra todos os percalços de um final de semestre, estava ali em assembleias, em uma forma de existência material na ocupação dos espaços universitários.

Ocupações de reitoria e espaços da universidade não são um fenômeno inédito na UnB. Houve, por exemplo, a ocupação de reitoria de 2008, que foi uma reação a indícios de corrupção

²⁰ Foram ocupadas as reitorias da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de São Paulo, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília e Fundação Santo André.

²¹ PEC 241/55, conhecida como PEC do teto de gastos, Reforma do Ensino Médio PL 6840/2013 e o Escola Sem Partido PLS 193/2016.

por parte do reitor à época Timothy Mulholland, ocupação do Centro Acadêmico da Assistência Estudantil (Cassis)²² em 2013, ocupação da reitoria por alunos da assistência estudantil em 2015 e a ocupação do CCN (Centro de Convivência Negra) em 2016, para mencionar algumas. Mesmo antes da reitoria ser ocupada no dia 31 de outubro de 2016, a FUP²³ e o Quilombo UnB - Diretório Negro²⁴ já estavam ocupados. A ferramenta de ocupação enquanto ação política, na realidade, pode não ser rotineira, mas faz parte do repertório do movimento estudantil como forma legítima de pautar suas demandas.

Desse modo, as ocupações são um evento social presente na dinâmica do movimento estudantil e, sendo assim, pretendo utilizar a ideia de ritual como chave de leitura para analisar esse acontecimento. Essa forma de investigação revela que rituais e eventos críticos de uma sociedade jogam luz no que já é usual nela (PEIRANO, 2001). Portanto, na observação de eventos, mantém-se o instrumental básico da abordagem de rituais, mas as implicações são expandidas (PEIRANO, 2001).

Na perspectiva de Tambiah (1985), ritual é um sistema de comunicação simbólica construído culturalmente e constituído por alguns traços formais e padronizados que permitem performances variáveis conforme o contexto. Logo, a concepção de Tambiah (1985) de evitar uma definição rígida de ritual torna possível compreender eventos e ritos dentro da complexidade etnográfica observada. Amparado nessa perspectiva é possível tomar a ocupação da UnB de 2016 como um locus privilegiado de investigação do movimento estudantil e das conexões com a própria vida social na universidade. Dessa forma, vejo como uma ação, delimitada no espaço e no tempo, que demarcou um momento específico no curso das relações sociais, tendo o potencial de ser encarado como um ritual de longa duração.

A assembleia que deliberou a ocupação foi um momento de agitação, a grande quantidade de estudantes no espaço do ceubinho²⁵ deixou o ambiente quente e abafado, a imagem era de pessoas amontoadas, sentadas ou em pé, compondo uma espécie de círculo em

²² A principal questão quando ocuparam a sala era a insuficiência da bolsa de moradia que não era suficiente para pagar nenhum aluguel em Brasília. Outras questões foram levantadas como atendimento psicológico para estudantes da assistência e a possibilidade do acúmulo de bolsas (antes não era possível acumular a bolsa de assistência com uma bolsa de Pibic, por exemplo).

²³ Faculdade UnB Planaltina, ocupada com os mesmos objetivos que a reitoria foi ocupada.

²⁴ O Quilombo é uma sala no ICC (Instituto Central de Ciências), sala BT 620. Hoje é um espaço consolidado na universidade, mas sua existência se deu com a ocupação da sala. Apesar de suas demandas também perpassarem os mesmos objetivos que a ocupação da reitoria, possui maior ênfase relacionada às questões raciais.

²⁵ Parte central norte do ICC (Instituto Central de Ciências).

torno das pessoas responsáveis por conduzir a assembleia²⁶. Conduzir significava marcar o tempo de fala, ordenar a sequência dos oradores, dar encaminhamento às votações necessárias, ou seja, zelar pelo prosseguimento da assembleia. As falas trêmulas contra as reformas propostas pelo governo federal, contra as gestões de DCE e reitoria à época, seguidas por gritos e palmas, demonstraram que os valores políticos estavam atravessados por emoções e afetos advindos da experiência das ações estudantis na UnB. Participar do movimento estudantil é amarrar o fazer político com a afetividade.

A partir desse momento a ocupação iria se tornar constitutiva das vidas pessoais de alguns estudantes, englobando as amizades, romances, conversas rotineiras, momentos de descontração. Quando comecei a ir frequentemente para a ocupação e aquilo se tornou parte da minha rotina, abriu-se uma porta de comunicação específica com os ocupantes, uma comunicação involuntária e não intencional que me fez perceber que as vozes trêmulas na assembleia do dia 31 de outubro significava o impacto político e emocional de subverter, naquele momento, a ordem estabelecida no espaço da universidade. Era um momento que envolvia tanto a estrutura social como as psiques individuais.

Irei utilizar, ao analisar esse momento político, a lente do ritual de rebelião²⁷ descrita por Gluckman (2011), apesar da ressalva feita pelo autor de que as cerimônias políticas modernas talvez não tomem essa forma, porque nossa própria ordem social é questionada, existindo tensões entre grupos demais, políticos e outros, que dificulta sua dramatização dessa forma. Apesar da observação do autor, vejo que a característica do ritual de rebelião de subverter a ordem em um período estabelecido para que, com o término do ritual, essa ordem seja restaurada, é central para a compreensão da ocupação de 2016. Os conflitos existentes na universidade se aguçaram dentro do corpo estudantil, o ambiente político tomava contornos mais tensos com conflitos e trocas de acusações. A tensão aumentou após a página de *Facebook* da ocupação, a Ocupa UnB, sofrer a contraposição de uma página contrária às ocupações chamada

²⁶ Normalmente a assembleia seria conduzida pelo DCE, contudo nesse caso o DCE estava sendo administrado por uma comissão eleitoral.

²⁷ Gluckman (2011) descreve o ritual Zulu à Deusa Nonkubulwana em que as mulheres se comportavam de maneira obscena, exercendo atividades que eram tabu para elas e o ritual do Incwala marcado por demonstrações de conflito entre os súditos e o rei. Gluckman (2011) percebe que os conflitos têm um papel ativo na estabilidade e na unidade da estrutura social e, portanto, os rituais de rebelião só vão ocorrer onde a ordem social estabelecida e suas instituições não são questionadas. Dessa forma, as mulheres zulus não estavam, com a cerimônia de Nonkubulwana, querendo alterar sua posição social na sociedade, assim como, no Incwala, os homens eram rebeldes, não revolucionários.

Respeita Minha Aula que desautorizava as ocupações classificando-as como invasões do espaço público.

Além disso, enquanto parte do corpo estudantil se fazia presente nas ocupações, ficava cada vez mais difícil de lidar com as rotinas acadêmicas, principalmente, professores não simpáticos ao movimento e que não abriam exceções com questões relacionadas à presença em sala de aula ou à realização de provas e trabalhos. A gestão de reitoria à época era vista como *lame duck*²⁸, o acúmulo de conflitos com os setores dos técnicos e dos estudantes se refletiu em um rechaço nas urnas. No fim do mandato da gestão do reitor Ivan Camargo ocorria a greve do SINTFUB²⁹ e as ocupações, conjuntura que exigiu reuniões de negociação com a reitoria em que esses dois setores, técnicos e estudantes, estivessem presentes.

As ocupações enfatizaram os conflitos que já existiam na faculdade, tensões entre técnicos³⁰ e reitoria, entre estudantes e estudantes, entre os estudantes e a reitoria, entre professores e estudantes, entre professores e professores. Por outro lado, como Gluckman (2011) pontua, o ritual de rebelião, ao mesmo tempo que enfatiza o conflito, redefine os termos da coesão social na cerimônia política. Durante a ocupação, apesar da coesão social dentro da UnB não estar dada, as falas dos ocupantes eram a todo momento um chamamento a coesão dentro da Universidade, era uma retórica preocupada em englobar técnicos, professores, reitoria e corpo estudantil a se unirem de forma política e solidária contra as reformas colocadas pelo governo de Michel Temer.

Dessa forma, eram frequente as falas dos ocupantes como: “a universidade tem um papel para cumprir nas resistências às reformas do governo federal, a UnB não pode ficar em silêncio nessa conjuntura” ou ainda: “A resistência contra a PEC precisa partir dos estudantes, dos professores, dos técnicos e dos terceirizados”. Se no caso analisado por Gluckman, era a nação unida contra os inimigos internos e externos numa luta de sobrevivência contra a natureza, o sentido, na ocupação da UnB, era uma união para a defesa do próprio princípio, que para os ocupantes, era fundante da universidade: a defesa do ensino público de qualidade.

²⁸ Na política norte-americana, *lame duck* é quando um oficial eleito já possui sucessor eleito, estando, portanto, no fim do seu mandato. Esse oficial, por estar no fim do seu mandato, é visto como tendo menos influência com outros políticos.

²⁹ Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília.

³⁰ Existia também um conflito entre o corpo dos técnicos, entre os mais ligados a setores da CUT e gestão do sindicato à época e outros ligados a grupos de oposição de setores da CSP-Conlutas.

Uma ocupação de um ambiente universitário não poderia ter outro contexto senão o da educação, os princípios orientadores dos ocupantes são os que, para eles, embasam a existência do ensino universitário público, portanto, constitutivos dos princípios orientadores do contexto etnografado. No momento em que os estudantes subverteram a ordem ocupando os espaços da universidade, colocando-se como os detentores do espaço, foi como se a vida universitária fosse posta entre parênteses. Esses parênteses foram capazes de redefinir os canais de comunicação autorizados, alterar a hierarquias dos valores nos espaços da UnB. Os ocupantes colocaram seus princípios de defesa da universidade acima dos transtornos gerados, os espaços de troca de conhecimento mudaram da sala de aula para a ocupação e criaram a possibilidade de uso do espaço da UnB a partir de suas próprias regras. Se, como disse Gluckman, “todo sistema social é um campo de tensões, cheio de ambivalências, cooperações e lutas contrastantes” (2011, p. 24), o caráter questionador da ordem social coexistia com a coesão da própria ordem universitária no processo de ocupação.

A ocupação teve seu fim definitivo com o segundo turno de votação da PEC 241/55 no dia 13 de dezembro de 2016³¹. Apesar da panela de pressão que foi o momento das ocupações, com tensionamentos entre os mais diversos setores da universidade, com o seu término, seguiu-se a ordem em que os atores retornaram às suas posições sociais iniciais. O central para um ritual de rebelião se observou: a manutenção da ordem social dentro da universidade.

Por fim, cabe refletir se o ritual de rebelião analisado, a ocupação da UnB de 2016, foi capaz de animar sentimentos persistentes do conjunto de valores construído durante a ocupação. Creio que o impacto nos praticantes do ritual é claro, uma redefinição das relações de amizade, envolvimento com o movimento estudantil de forma intensa e próxima, uma experiência política que atravessou o terreno da moral e dos afetos.

Contudo, mesmo considerando que esse evento tenha o potencial de criar uma “geração dentro de várias outras”, o que os ocupantes chamavam de geração das ocupações de escolas e universidades, avalio que não consigo obter a resposta para além dos participantes que observei. O movimento estudantil possui um grau de renovação elevado o que torna difícil responder se houve a cristalização de valores que persistem no imaginário estudantil.

³¹ Segundo acordo feito com a reitoria no dia 8 de dezembro, os estudantes iriam desocupar a UnB totalmente até o dia 14 de dezembro.

Assim, além da ferramenta de ação política de ocupar os espaços estar consolidada no imaginário estudantil, por se tratar de um evento recorrente na universidade, podemos identificar o que Sahlins (1990) descreveu como estrutura performativa. Sahlins (1990, p. 47) pensa a partir de uma tipologia que classifica as estruturas em prescritivas, sistemas com grupos delimitados e regras obrigatórias que prescrevem em muito como os atores deve agir, e estruturas performativas, grupos de culturas em que as relações culturais teriam como base as ações pragmáticas conjunturais.

Dessa forma, o contato dos ocupantes com novas conjunturas dentro do ambiente universitário cria oportunidades tanto de seguir o modelo de ocupação presente no imaginário estudantil quanto de reorganização das categorias estruturais de uma ocupação. Da mesma forma em que o mundo não é obrigado a obedecer à lógica pelo qual foi concebido, uma ocupação pode desafiar as lógicas do mundo para além da rebelião ritual.

1.4 Por que ocupar?

Se até o momento discutimos o movimento estudantil, as ocupações como ritual de rebelião, a pergunta que resta é porque os estudantes ocuparam se eles possuem participação nos conselhos e colegiados da universidade. Em outras palavras, se nas instâncias da própria universidade eles podem pautar suas demandas, porque buscou-se uma via de ação política não institucional. Na UnB, as estruturas de participação estudantil são os conselhos e colegiados das faculdades e institutos, Consuni, Cepe, Conselho de Administração e as câmaras dos decanatos. A disputa desses conselhos nunca foi o foco do movimento estudantil, muito menos dos ocupantes da Universidade de Brasília.

Isso ocorre devido a uma conjunção de fatores. Primeiro, o número de estudantes dentro dos conselhos é minoritário, dessa forma, o espaço do conselho precisaria de uma construção de políticas de alianças ou os estudantes poderiam se utilizar das instâncias para troca de acusações. O fato de haver poucas mobilizações estudantis para pautar assuntos dentro desses conselhos nos revela que, para o movimento estudantil, os assuntos rotineiros de colegiados, conselhos e câmaras são muitas vezes desinteressantes. Assuntos frequentes de cunho administrativo e burocrático e uma rotina acadêmica penosa muitas vezes refletem-se no baixo comparecimento dos Representantes Discentes a esses órgãos de participação.

Por outro lado, uma ocupação que mobiliza conflitos, romances, amizades, afetos, mostra-se muito mais empolgante para o estudante que a rotina dos conselhos, colegiados e decanatos. Além do desinteresse existe a percepção de que os conselhos não são ferramenta prioritária para a efetivação das demandas estudantis. Apesar de haver na UnB professores capazes de compreender as demandas estudantis, estes não são maioria dentro dos conselhos, ou seja, os estudantes dentro dos conselhos sentem que as opções de aliança são limitadas ou pouco frutíferas. A forma como se dá o diálogo costuma também estar muito orientado por uma relação professor-aluno, orientador-orientando, a assimetria é vista em comentários de professores de que os estudantes são muito “apaixonados” representados por frases como: “quem não é comunista durante a juventude não tem coração, mas se permanecer comunista na fase adulta é porque não tem cérebro”. O tom normalmente jocoso dessas colocações esconde uma avaliação da juventude enquanto fase de aprendizado e isso, de certa forma, questiona a legitimidade dos estudantes de propor discussões nesses espaços.

Ao considerar a estrutura participativa dentro da Universidade, uma parte do movimento estudantil compreende como uma participação que “não vale a pena” considerando o tempo e energia gastos para acompanhar esses conselhos e se mobilizar para eles de forma assídua, sendo que raramente existe um resultado sensível nesse acompanhamento. Isso não significa que mobilizações não ocorram quando o assunto seja interessante ao corpo estudantil, mas são eventos menos frequentes nesses ambientes participativos. Em contraste com as ocupações, o dia a dia dos conselhos possui uma correlação de forças mais desfavorável para os alunos, dificilmente demandas estudantis possuem eco nesses ambientes, ao contrário das ocupações que conseguiram redefinir a hierarquia do diálogo entre estudantes e os agentes da universidade.

O sucesso político limitado dentro dos conselhos da universidade impulsiona o movimento estudantil a promover outros tipos de ação política para além das previstas na ordem institucional. As estratégias combinadas tornam-se necessárias porque as ocupações são extremamente desgastantes para o movimento estudantil, não se trata apenas da dificuldade de mobilização para ações dessa magnitude, mas o cotidiano de uma ocupação é mentalmente e fisicamente desgastante, os estudantes comem mal, dormem mal e passam diversas horas em locais com variações grandes de temperatura entre o dia e a noite, além do pouco conforto.

É preciso refletir também que o tempo das instituições da UnB operam de forma muito diferente do tempo do movimento estudantil. O tempo do movimento estudantil é

simultaneamente o tempo da política e do estudante, ou seja, além de ser bombardeados por inúmeros acontecimentos seja da conjuntura política nacional seja da política estudantil local, os atores ainda têm que imprimir ações políticas durante o curto prazo de sua graduação na universidade. Dessa forma, um assunto discutido em conselho já pode ter se tornado desinteressante ou desatualizado já que suas reuniões ocorrem uma vez por mês podendo haver ainda cancelamentos das reuniões por parte da reitora.

Além disso, vejo que a dificuldade de imprimir as pautas políticas do movimento estudantil dentro dos conselhos e com a existência frequente de articulações políticas fora da arena institucional - seja com a finalidade de dialogar com essa arena ou negar sua existência - cria um terreno fértil para o acontecimento de eventos sociais como as ocupações de 2016. Apesar do terreno fértil ainda é necessária uma conjuntura que justifique a ação política em sua dramaticidade, no caso, foram as reformas realizadas pelo governo de Michel Temer, em especial a PEC 241/55 que atingia diretamente os gastos com a educação pública.

Em resposta aos contextos locais da universidade e da conjuntura nacional, o movimento estudantil, em face de estruturas de participação que não atendem suas demandas, faz um giro para ações de caráter performativo como a ação de ocupação. Ocupa-se o local que se deseja influenciar, a escolha do ambiente universitário reflete os valores do universo observado, Tambiah acredita que isso está expresso no aforismo de Wittgenstein: “se a pulga fosse construir um rito, seria sobre o cão” (WITTGENSTEIN *apud* TAMBIAH, 1985, p. 129, tradução nossa). Em outras palavras, os ritos praticados por universitários irão estar atrelados ao contexto educacional. estrutura da ocupação como pessoas entrando em espaços de forma não autorizada pela ordem sempre vão cobrar do pesquisador, devido a estrutura performativa dos rituais, a sensibilidade de verificar a complexidade e especificidade do seu contexto etnográfico.

As ocupações se encontram no espectro de repertório mais “característico” do movimento estudantil, contudo isso quer dizer que é apenas uma forma que o movimento estudantil tem de atuação no meio universitário. Inclusive, no momento em que escrevo esse trabalho, já houve outra ocupação de reitoria, mas não teve o mesmo fôlego da que ocorreu em 2016. Isso demonstra em parte a atipicidade destas ocupações não só pelo tamanho, mas pela duração. Por mais que esse tipo de ação esteja consolidada no repertório do movimento estudantil, o cotidiano envolve outras ações políticas menos glamorosas que, além de mobilizar uma quantidade menor de estudantes, transmite a impressão de que os esforços não estão sendo eficazes. É a

participação em conselhos estatais, no caso, nos conselhos da administração superior da universidade e é sobre esse tipo de participação que vou me debruçar no capítulo seguinte.

2. E quando a universidade não está ocupada? Uma análise etnográfica sobre os conselhos da administração superior da Universidade de Brasília

2.1 Um olhar sobre a dificuldade de pesquisar em contextos estatais

Se no primeiro capítulo eu me dediquei à investigação da ação política estudantil em um período dramático da vida social, em outras palavras, um momento em que os meios utilizados foram diversos de ações políticas orientadas para as instituições rotineiras de participação dentro da universidade, agora, seguindo o caminho da minha própria trajetória como pesquisador, jogo meu olhar para outro momento da participação política estudantil, que ocorre no cotidiano, nas instâncias previstas dentro da universidade.

A proposta nesse capítulo é refletir como são negociadas as relações entre os estudantes e os demais atores (em sua maior parte professores) no contexto dos órgãos de participação universitários. Se a análise anterior foi no sentido de investigar a participação estudantil que se deu “por fora” das instituições previstas na UnB, agora é o momento de investigar uma forma distinta de participação, a que se deu “por dentro” dos mecanismos institucionais de participação estudantil. Dessa forma, é uma oportunidade para compreender as estratégias políticas utilizadas dentro dessa relação complexa entre movimento estudantil e a instituição estatal - UnB.

Como dito anteriormente, os órgãos da UnB que possuem participação estudantil são os conselhos e colegiados das faculdades e institutos, Consuni, Cepe, Conselho de Administração e as câmaras dos decanatos. A estrutura administrativa da UnB é formada por Reitoria³², unidades acadêmicas³³, centros³⁴, conselhos superiores³⁵ e órgãos complementares³⁶, sendo que boa parte da rede administrativa funciona no prédio da Reitoria, onde ficam os gabinetes da reitora e do

³² A Reitoria é exercida na figura do Reitor, nomeado na forma da lei, e que compete representar a Universidade de Brasília, bem como coordenar e superintender as atividades universitárias. A Reitoria é integrada pelos decanatos, procuradoria jurídica, auditoria, ouvidoria e assessorias, tendo como órgãos auxiliares o gabinete e a prefeitura do campus.

³³ São Unidades Acadêmicas os Institutos e as Faculdades, que têm como atribuições: coordenar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão nas respectivas áreas; decidir sobre a organização interna, respeitados este Estatuto e o Regimento Geral; planejar e administrar os recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais sob sua responsabilidade.

³⁴ Aos Centros competem as atividades de caráter cultural, artístico, científico, tecnológico e de prestação de serviços à comunidade, com finalidades específicas ou multidisciplinares, sendo coordenados por seus respectivos diretores.

³⁵ Responsáveis pela Administração Superior da Universidade de Brasília

³⁶ Aos Órgãos Complementares competem atividades de caráter permanente de apoio, necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, geridos por seus diretores.

vice-reitor, os decanatos e as diretorias. Eu escolhi para realizar a observação etnográfica o Consuni, Cepe e o Cad por estes serem os principais órgãos deliberativos da universidade, sendo suas reuniões públicas e não tendo nenhum obstáculo ou constrangimento para a observação de suas reuniões.

Antes de me adentrar nas observações realizadas nos conselhos da UnB, gostaria de pontuar o desafio de definir como abordaria o Estado. Dessa forma, não pretendia, no decorrer da produção da minha pesquisa, tomar como um suposto dado a UnB enquanto instituição estatal, mas a tentativa aqui foi de encarar o Estado como constitutivo das relações que se desenvolviam dentro dos conselhos. Assim, procurei afastar certo pensamento, que eu mesmo tinha arraigado no decorrer da minha graduação em direito, do Estado como uma entidade, algo dotado de existência autônoma, coerente, possuindo limites bem definidos.

A postura adotada seria, nas palavras de Bourdieu (1996), a de uma “dúvida hiperbólica” colocando em questão tudo aquilo que tomamos como natural ao estudar o Estado. Quando Bourdieu (1996, pp. 91-92) diz que, ao se tratar do Estado, nós nunca duvidamos demais, é um alerta do risco de produzir um pensamento de Estado e, ao invés de encarar essa figura como um constructo social e histórico (com efeitos concretos no mundo da vida), acabamos por naturalizar sua existência como um fenômeno dado. Ao me dispor sobre pesquisar o movimento estudantil e percebê-lo cheio de nuances entre seus participantes e dinâmicas cotidianas, é preciso também ter em mente que o Estado não é algo homogêneo, pelo contrário, trata-se de um emaranhado complexo de instituições, níveis e ramos administrativos cotidianamente produzido (GUPTA, 2012).

A percepção do Estado como uma entidade única agindo de forma unívoca, dotado de consciência e intenção, não parece compatível quando colocada a luz das pesquisas empíricas em contextos estatais. A minha percepção ao estudar a UnB - mesmo essa instituição sendo uma parte reduzida do emaranhado de instituições e órgãos que compõe a administração do “Estado brasileiro” - é o fato de ser composta por uma grande e delicada rede de faculdades, institutos, secretarias, decanatos, conselhos e colegiados que não necessariamente se adequam a uma certa racionalidade de Estado. O que quero dizer com certa racionalidade de Estado é o fato da burocracia, em seus diversos ramos e níveis administrativos, se caracterizar por uma espécie de valor responsável por construir uma imagem do Estado como uma entidade que age de forma unívoca, em outras palavras, a burocracia torna-se um valor e que é fundante da noção Ocidental

de Estado Nacional (HERZFELD, 1993). Isso toca em uma questão pertinente de que a própria ideia de “Universidade” faz parte dos processos que compõem a nossa imaginação de Estado, não apenas porque a UnB figura como uma instituição pública (estatal), mas porque seus modos de funcionamento passam por construir os modelos ideais a partir dos quais produzimos essa imaginação (AGUIÃO, 2014, p. 123). Isso porque, como Aguião (2014) aponta, a universidade ao mesmo tempo que produz um conhecimento crítico sobre o Estado, também fornece categorias e redes de significados que orientam a própria organização dos ramos administrativos do Estado.

Ademais, por mais que exista um lugar comum destinado à universidade como produtora de conhecimento científico, reflexivo, identificado na produção intelectual de professores e estudantes, da graduação e pós-graduação, a própria atividade exercida nos conselhos está incorporada nas práticas de tal forma que elas não são questionadas. O cotidiano de reuniões em que pessoas mexem em seus celulares, mantêm conversas paralelas, fazem piadas e interrupções, expressam falta de paciência para lidar com longas e tediosas horas de discussão, com a sensação de às vezes “não sair do lugar”, se mostram como formas de ajustamento às exigências de um campo, uma ação normalmente compreendida como “aturar” as reuniões. Existe, portanto, todo um repertório de práticas que só ganham sentido na prática cotidiana dessas instituições.

Essa rede que pratica cotidianamente atividades do “Estado”, se faz “Estado” na sua prática cotidiana, nas palavras de Castilho, Lima e Teixeira (2014), o Estado se faz produzindo subjetividades e assujeitamentos, agenciamentos, códigos de conduta e moralidades. Além da compreensão, necessária, dos conselhos da universidade como capazes de produzir esses diversos agenciamentos, é preciso entender que “burocratas” e os chamados “clientes” da burocracia não são classes separadas de seres humanos. Em outras palavras, não há como operar uma divisão maniqueísta entre “burocratas” e “clientes”, pois ambos são participantes em uma disputa simbólica comum, utilizam as mesmas ferramentas e convenções e “burocratas” também podem figurar na posição de “clientes” dependendo do contexto em que se encontram (HERZFELD, 1993).

Essa reflexão é útil para entender que os atores presentes nos conselhos estão permeados por símbolos que orientam as ações e são cotidianamente negociando, seja nas diversas relações entre alunos e professores em sala de aula, dinâmicas de orientações e projetos de extensão; alunos e técnicos nas secretarias ou até mesmo, como visto durante a ocupação, para

mobilizações em comum e relações entre professores e técnicos nos institutos e decanatos. Dito de outra forma, os conselheiros (técnicos, professores e estudantes) podem transitar em espaços diversos de representação (as vezes o estudante é conselheiro e faz parte da gestão do Diretório Central dos Estudantes ou o professor com suas tarefas como diretor de faculdade) ou figurar em diversos polos nas relações que são construídas ou desfeitas dentro da universidade.

É com essas considerações em mente que pretendo me debruçar sobre as observações que fiz dentro dos conselhos. Eu acompanhei as reuniões de três conselhos da administração superior da Universidade de Brasília, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe), Conselho de Administração (Cad) e Conselho Universitário (Consuni) no segundo semestre letivo de 2018. Já tive contato com esses conselhos durante meu período de militância universitária e, posteriormente, durante a etnografia das ocupações de 2016. Dessa vez, acompanhei os conselhos como observador em um período não atravessado por circunstâncias dramáticas como as ocupações, buscando entender os eventos que se desenrolaram nos conselhos e como eles jogam luz sobre as dinâmicas de participação estudantil.

2.2 Os três conselhos: Cepe, Cad e Consuni

Segundo o estatuto da Unb, a Administração Superior é composta pelo Conselho Comunitário³⁷, como órgão consultivo, a Reitoria, como órgão executivo, e pelo Conselho Universitário (Consuni), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e o Conselho de Administração (Cad) como órgãos deliberativos, normativos e consultivos.

As reuniões dos conselhos normalmente se dão no prédio da reitoria, seja na sala de atos ou, mais comumente, no auditório da reitoria, sendo as reuniões convocadas por e-mail da Subsecretaria de Órgãos Colegiados (SOC)³⁸. Os três conselhos, Cepe³⁹, Cad⁴⁰ e Consuni⁴¹ são

³⁷ O Conselho Comunitário é um órgão consultivo da Administração Superior da Universidade de Brasília, reunindo-se uma vez por ano, ordinariamente, ou quando convocado pelo Reitor ou por requerimento da maioria do Conselho Universitário.

³⁸ É responsabilidade da SOC não apenas enviar as convocatórias aos conselheiros, mas é um órgão de apoio aos conselhos universitários, realizando atividades como redigir as atas, manter controle da presença dos conselheiros, preparar as reuniões dos conselhos, e qualquer outra atividade que seja necessária para as atividades rotineiras do Cepe, Cad ou Consuni.

³⁹ Segundo regimento da UnB, o Cepe é composto pela Reitora; Vice-Reitor; os Decanos de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão; um representante de cada Conselho de Instituto e Faculdade escolhido entre os seus membros; um representante por Unidade Acadêmica eleito entre os coordenadores dos cursos de graduação, dos cursos de pós-graduação e de extensão; dois representantes dos Centros afins a atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; os representantes discentes, eleitos por seus pares, em número correspondente a um

compostos tanto por técnicos, professores e estudantes (em uma proporção que a maioria dos conselheiros são docentes⁴²) e presididos pela Reitora ou Vice-Reitor em caso de ausência da Reitora.

A maneira de funcionamento das reuniões de cada Conselho são as mesmas, há uma lista de presença dos conselheiros e, após estes se acomodarem, a reitora abre a reunião do respectivo conselho e segue uma ordem de pauta que foi veiculada pela SOC no e-mail que tratou da convocatória⁴³. O primeiro item da pauta é sempre composto por informes que são quaisquer informações que os conselheiros acreditem ser relevantes para o respectivo conselho. As falas seguem a ordem de inscrições, que são feitas por uma servidora assim que um conselheiro ergue a mão (um ato convencionado de que deseja se inscrever na lista de oradores) e a reunião prossegue até todos os pontos da pauta sejam votados e discutidos. De certa forma, é uma dinâmica com a qual já estou familiarizado, segue a mesma lógica do Conselho de Entidades de Base (CEB) que é um uma instância colegiada do movimento estudantil composta pelos Centros Acadêmicos (CAs) dos cursos da UnB e presidido por um coordenador geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

quinto dos demais membros do Conselho, sendo um quarto dessa representação composta por alunos de pós-graduação.

⁴⁰ Segundo regimento da UnB, o Cad é composto pela Reitora; o Vice-Reitor; os Decanos de Administração, de Assuntos Comunitários, de Gestão de Pessoas e de Planejamento e Orçamento; o Prefeito do Campus; os Diretores das Unidades Acadêmicas; um representante de cada Conselho de Instituto e Faculdade, eleito entre seus membros; um representante dos Centros vinculados à Reitoria; um representante dos Órgãos Complementares; os representantes discentes, eleitos por seus pares, em número correspondente a um décimo dos demais membros do Conselho, sendo um quarto dessa representação composta por alunos de pósgraduação; os representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares, em número correspondente a um décimo dos demais membros do Conselho.

⁴¹ O Consuni é composto, segundo regimento da UnB, pela Reitora, o Vice-Reitor, cinco representantes do Cepe, um representante do Conselho Comunitário eleito por seus membros, um representante dos órgãos complementares, um representante do Centros, um representante docente de cada Unidade Acadêmica, eleito por seus pares, representantes discente eleitos por seus pares em número correspondente a um quinto dos demais membros do conselho, representantes dos servidores técnico administrativos, eleito por seus pares em número correspondente a 1/10 dos demais membros do conselho e um representante dos ex-alunos da Universidade de Brasília.

⁴² O Cepe, atualmente, conta com 68 conselheiros sendo 8 representantes discentes e 60 representantes docentes. O Consuni conta com 92 conselheiros sendo 11 representantes discentes, 3 representantes discente da pós graduação, 9 representantes dos técnicos administrativos e 69 representantes docentes, além disso, há dois membros convidados, uma doutoranda da Ouvidoria da UnB e o Presidente da Associação dos Docentes da UnB. O Cad conta com 69 conselheiros, sendo 3 representantes discentes, 2 representantes discentes da pós graduação, 7 representantes dos técnicos administrativos e 57 representantes docentes, além disso, há 8 membros convidados, sendo uma doutoranda da Ouvidoria da UnB, um representante da secretaria de infraestrutura, o diretor do arquivo central da UnB, o presidente da Associação dos Docentes da UnB, um representante do Decanato de Ensino de Graduação, um representante do Decanato de Extensão, um representante do Decanato de Pesquisa e Pós Graduação e um representante do Decanato de Pesquisa e Inovação.

⁴³ Basicamente um e-mail avisando os conselheiros qual a data e local da reunião de determinado conselho.

Ao observar a semelhança entre procedimentos, é possível inferir que não existe essa distância que a divisão em categorias (de técnicos, professores e estudantes) dá a impressão de existir ou até mesmo que suas fronteiras não estão tão bem definidas. Uma situação etnográfica que ajuda a entender essa reflexão ocorreu no Consuni no dia 19/10. Um dos representantes discentes, João Marcelo, terminou sua fala, tradicionalmente mais longa que dos demais estudantes, falando sobre o comércio informal nos arredores da UnB gerando, segundo ele, uma concorrência desleal com os permissionários da universidade. Após o término de sua fala, a Reitora Márcia Abrahão agradece com: “muito obrigada, professor João Marcelo”, depois de risos contidos de alguns conselheiros, a Reitora faz uma brincadeira dizendo que o chamou de professor porque o estudante em questão era um “mestre”.

Essa pequena anedota que captei no campo não foi apenas um ato falho da Reitora, mesmo considerando que o reforço ao “mestre João Marcelo”⁴⁴ tenha sido em tom de brincadeira, segundo o próprio estudante, a Reitora Márcia já fez essa brincadeira diversas vezes. Esse estudante em questão é sempre muito polido em suas colocações e tem uma relação mais próxima com a Reitora e seu chefe de gabinete do que um representante discente normalmente teria, inclusive ajudou a coordenar a campanha da Reitora representando o segmento dos estudantes. Se, como disse Bourdieu (2009), as concessões de polidez sempre encerram concessões políticas, percebemos as divisões políticas entre estudantes, professores e técnicos como intimamente ligadas às negociações de sentidos e as gentilezas, que ocorrem cotidianamente nos conselhos.

Indo mais além, não se trata de simples concessão política, mas sim de uma estratégia do representante discente de conseguir ser ouvido em um espaço assimétrico, a gentileza, a fala ponderada, são formas de se aproximar dos códigos e linguagens utilizados pelos professores e, assim, ser ouvido. Quando perguntado sobre a importância da presença dos estudantes nos conselhos universitários, esse representante disse:

“Uma coisa que acho importante, é que é, de uma certa forma, um treinamento para o debate porque você tem que se preparar para um ambiente em que as linguagens e os códigos são diferentes das linguagens e dos códigos entre os estudantes. É um ambiente em que você está ali antagonizando com doutores, professores titulares, então você tem que saber fazer o debate, o antagonismo, de forma inteligente, sem ferir, mas ao mesmo tempo se fazendo ouvir, porque uma das maiores estratégias deles (professores) para que você não seja considerado é o desprezo. Você pode ver que quando você começa a falar,

⁴⁴ As aspas não possuem nenhuma conotação de ironia, é apenas uma transcrição literal da fala da Reitora Márcia Abrahão.

às vezes, as pessoas não prestam atenção e só depois de muito tempo as pessoas foram prestar atenção naquilo que eu dizia. Pela forma que eu dizia, então você aprende um pouco desse mecanismo e tudo isso ajuda muito no seu crescimento e no seu amadurecimento, de vida e de ação política e, especialmente, de orientação nas lutas estudantis também” (João Marcelo).

As gentilezas e a forma de falar, de se portar, que esse estudante tem reflete diretamente na questão da escuta quando comparado com outros representantes discentes. Nessa mesma reunião do Consuni, outra representante discente, Clarice Menin, teve dificuldades para ser inscrita, chegando ao ponto que um professor, sentado ao seu lado, teve que pedir inscrição no nome dela. Outro caso que acho importante citar, foi quando o representante Jessé da Silva Lima informou que alguns alunos tiveram que passar a noite na rodoviária devido à má prestação de serviço do ônibus intercampi e solicitou supervisão e fiscalização do serviço para que tais eventos não ocorressem novamente. Durante a sua fala, o representante foi interrompido diversas vezes pela Reitora, não para dizer o quão lamentável foi a situação, mas questionar se houve denúncia por parte do DCE aos decanatos responsáveis e, após resposta do estudante de que foi feita a denúncia, a Reitora continuou insistindo como se houvesse um erro procedimental por parte da denúncia feita pelo respectivo aluno. Inclusive, a fala que se seguiu a do estudante (para meu espanto) foi em relação a licitação referente ao café da UnB, que foi fonte de reclamação de um professor em fala anterior e sem nenhum comentário referente aos estudantes que passaram a noite na rodoviária.

O que essas situações captadas no campo demonstram é que ser ouvido depende do lugar de onde parte o conselheiro, da negociação realizada, sendo o lugar de estudante o que possui maior obstáculo no processo de escuta. Como Bourdieu (2004) nos lembra, o sentido do jogo não é infalível, ele se distribui de maneira desigual entre os atores, em outras palavras, não são todos estudantes, que são capazes de compreender profundamente as regras não escritas dos conselhos, as gentilezas, as deferências e formular as estratégias a partir disso.

O próprio reconhecimento da professora Márcia em relação ao João Marcelo como professor, ao mesmo tempo que advém do fato desse estudante estar sempre a par e envolvido nos assuntos de gestão da UnB, é também consequência disso. Trata-se de uma negociação do seu lugar dentro da universidade ligada a sua trajetória de 4 anos como representante discente, até mesmo, ligado a um perfil, reforçado pelo próprio estudante, de conforto frente a espaços institucionais e de participar de alguns aspectos da gestão universitária. Existe, portanto, uma

permissão para esse estudante se aproximar do aparato de gestão da universidade, que só é possível porque é lido não apenas como estudante, mas também, dependendo da situação, como professor. Alguém que incorpora demasiadamente o papel de aluno/estudante, em seus códigos e linguagens, não tem a permissão de se identificar com o papel de gerir a UnB.

De certa forma, essa situação que acabei de mencionar, ao mesmo tempo que se refere ao argumento anterior de que os segmentos dentro da UnB disputam significados dentro de uma mesma estrutura de possibilidades, também é um alerta para o fato de que as próprias categorias de estudantes, professores e técnicos não estão dadas no contexto dos órgãos colegiados ou até mesmo no dia a dia das atividades dentro da universidade, são categorias construídas e com sentidos negociados nas interações entre os atores e reforçadas e definidas pelas atividades que cada segmento exerce. O que quero dizer aqui é que um estudante pode sim exercer trabalho “burocrático” como estagiário em alguma secretaria da universidade, produzir ativamente conhecimento acadêmico sob orientação (ou não⁴⁵) de professores, mas há obrigações que claramente o distinguem do corpo docente e técnico (como a obrigação de cumprir determinado número de créditos). As fronteiras não estão claramente bem definidas, mas há um sistema de significados simbólicos que traça definições gerais dos locais de cada ator na universidade. Um desses locais distintivos é a função de gestão da universidade que é identificada como tarefa do corpo docente, auxiliado pelos técnicos-administrativos.

Gostaria agora de refletir sobre a reunião do Conselho de Administração do dia 20/09. Essa reunião possuía um assunto delicado como ponto de pauta, o relatório preliminar da Controladoria Geral da União (CGU) que apontou diversas irregularidades em contratos firmados pela Unb e apontando um prejuízo de R\$ 4 milhões referentes a irregularidades no pagamento de pessoal, além de irregularidades contratuais com o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebasp, o antigo Cespe) de R\$ 64 milhões pelo uso de bens móveis e imóveis da Fundação Universidade de Brasília (FUB). Entretanto, mesmo essa situação delicada não foi suficiente para modificar o clima habitual de descontração e polidez dos conselhos. Inclusive, a Reitora, após dar a notícia referente ao parecer preliminar

⁴⁵ Gostaria de ressaltar a dificuldade de se produzir conhecimento científico, passível de reconhecimento como tal, dentro da Universidade sem a supervisão de algum docente, mesmo que o professor ocupe uma posição muito passiva de supervisão/orientação. Contudo, há experiências e tentativas de estudantes que buscam produzir pesquisas, publicar artigos e participar/organizar mesas acadêmicas sem a supervisão de professores. Por esse motivo faço a referência que a orientação do docente não é uma estrutura obrigatória ou infalível, mas com certeza é a regra dentro das Universidades.

da CGU, que foi vazado pela imprensa, completou, ao dar boas-vindas a um novo representante docente no conselho, dizendo: “espero ter no futuro informes melhores, não se desanime professor”, seguido de risos por parte de alguns conselheiros.

Apesar do ambiente descontraído, entre informalidades e cortejamentos, foi possível captar ruídos na polidez habitual do conselho. O primeiro que vou mencionar aqui foi quando um dos representantes docentes, professor Paulino da FAC, pediu para modificar a ata do último Cad no tocante a sua fala que, segundo sua percepção, estava incompleta. A Reitora, então, afirmou que “não estamos tendo isonomia com os outros conselheiros colocando de forma integral as falas do professor Paulino, já pedi no privado para o professor e agora peço de forma pública, sou contra atas muito grandes, temos que ser objetivos”. A insistência do conselheiro da FAC criou um clima de desentendimento e, conseqüentemente, gerou um claro desconforto dos representantes frente ao atrito.

Esse foi o tema, o da ata, que mais tomou o tempo do Cad nessa reunião, quase uma hora de um conselho que durou das 10h às 12h. O clima pacífico foi substituído por acusações como demonstrado na fala da Reitora: “Na ata, nós não suprimimos os temas, apenas fazemos um resumo, não há manipulação da ata, se é isso que está sendo implícito. Se o professor Paulino quiser, esse Cad vai ser só discussão de ata” ou do professor Mamede (representante da Faculdade de Direito): “Acho hilário perder tanto tempo com essa questão de ata, acho que tem que ver se o resumo alcançou seu propósito. A ata deve ser um resumo do que foi falado, mesmo que não esteja as minhas exatas palavras, eu me sinto contemplado pelo o que está escrito”. A maioria dos conselheiros estava visivelmente incomodada com o desentendimento e o único desejo que externavam, na forma de conversas paralelas, era o fim da discussão independente de seu resultado. Havia também tentativas de mediação como do professor Luís Roberto (representante do Instituto de Ciências Sociais): “O princípio de como fazer a ata, no geral é o que vale (o resumo), mas quando um conselheiro pede a inclusão, acredito que deve ser colocado”.

Os ânimos relativamente exaltados parecem não fazer sentido frente a uma discussão que, em um primeiro momento, parecia inócua. As seis linhas que o professor Paulino⁴⁶ pedia para

⁴⁶ Ata da 452.a Reunião do Consuni, linha 58. Direção da FAC solicita que o trecho: “e para participar das atividades ligadas à resistência à ditadura militar agendada para 28/8”, seja substituído pelo trecho abaixo: “e para participar das atividades ligadas à resistência à ditadura militar, fruto de parceria ente Gabinete da Reitoria, Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, DEX-CAL, Centro de Memória Viva - Documentação e

incluir, ao mesmo tempo que não prejudicava em nada a objetividade da ata, também não acrescentava nenhuma informação essencial para a compreensão da sua fala original. Entretanto, isso seria ignorar a centralidade que a produção de documentos escritos tem na prática das instâncias estatais. Os documentos são tecnologias cruciais da organização burocrática, a produção das atas, como na situação que descrevi acima, não é complementar da disputa de sentidos entre os professores, mas central como o professor Paulino expôs: “é de extrema importância a alteração da ata por dois motivos, um para eu mostrar para meus colegas na FAC como me posicionei em relação a assuntos sensíveis para eles e o segundo é reforçar a importância do registro escrito que, pesquisas em comunicação já demonstraram, é um registro mais perene que qualquer outro, como a gravação em vídeo”.

Há outros elementos que precisavam ser levados em conta para analisar essa discussão. O professor Paulino está em articulações com o professor Sanchez da Faculdade de Arquitetura para figurar como Vice-Reitor nas próximas eleições para Reitor e Vice-Reitor na Universidade de Brasília e a atual reitora, Márcia Abrahão, sabendo disso, costuma levar adiante atritos motivados por uma disputa política. Contudo, isso não invalida a discussão da centralidade da ata na produção sobre a burocracia moderna, ainda mais porque ela foi o instrumento utilizado para catalisar a disputa política, foi o instrumento central para concretizar conflitos que já ocorriam nos bastidores.

Apesar da riqueza dessa divergência quanto a produção desse registro escrito, a versão final da ata ao mencionar a proposta de alteração do professor Paulino não evidenciou o conflito que foi instaurado no tocante a essa questão⁴⁷. É como se a ata, buscando uma linguagem objetiva, fizesse uma assepsia dos dissensos que ocorrem nas reuniões dos conselhos. Dessa forma:

“[...] o enquadramento analítico dos documentos, no intuito de não os reduzir às narrativas que fazem do e para o mundo exterior, buscaria conjugar: elementos retóricos e estéticos, indicadores de conflitos silenciados ou expressos

Referência em Educação Popular (FE-UnB) e agendadas para 28/8 com debate às 16h na Sala dos Papius, incluindo descerramento de placa nas margens da antiga quadra de basquete da UnB, e a exibição de Barra 68. filme de Vladimir Carvalho, às 20h15 na OCA, espaço para o qual existe um projeto de que seja um Memorial da UnB.

⁴⁷ A versão que está presente na ata é: “Em seguida, o Conselheiro Fernando Oliveira Paulino questionou se o texto encaminhado por ele havia sido acatado. Caso contrário, apresentaria justificativas para a inclusão. A Presidente informou que as apreciações do Conselheiro estão em ata, de maneira resumida, de forma a dar isonomia com as demais falas dos Conselheiros. A Presidente consultou o Conselho se retira ou mantém a votação da ata. O Conselho decidiu apreciar a ata com 39 votos favoráveis. Após os entendimentos, a Presidente encaminhou a ata para votação. **Deliberação:** 38 votos favoráveis com 4 abstenções” (Ata da trecentésima octogésima terceira reunião ordinária do conselho de administração (CAD) da Universidade de Brasília).

em ambiguidades, de objetivos explícitos e usos inesperados, de pretensões universalistas e seus contextos particulares, de engenharia institucional e disputas políticas subjacentes” (TEIXEIRA, 2016, p. 15).

O silenciamento do conflito ao confrontar a observação dos conselhos com a produção do registro escrito da reunião se dá tanto pela objetividade da ata, as informações precisam ser apenas o essencial para consulta posterior, mas ao mesmo tempo serve como uma forma de reforçar o consenso que os conselhos pretendem alcançar. A maioria das votações nos conselhos se dá por unanimidade, ou com uma ou outra abstenção ou por aclamação, assim, a leitura das resoluções que constam nas atas em nenhum momento suscita no imaginário do leitor vozes dissidentes. De certa forma, dentro do ambiente dos conselhos, existe um consenso razoável sobre as questões que são debatidas, o que significa, por um lado, que os conselhos foram bem sucedidos em produzir um ambiente de poucos conflitos - tanto que os conselheiros normalmente dão sinais de constrangimento quando há atritos persistentes em alguma discussão, em outras palavras, “fica feio” - e, por outro, que esse esforço de produzir uma aparência de ausência de conflitos demonstra justamente que o consenso não existe no ambiente universitário.

Se as ocupações em 2016 foram capazes de enfatizar os conflitos existentes na Universidade, isso não significa que em outros momentos da vida social os conflitos estão apagados ou ausentes, o que ocorre é que eles tomam outros formatos e se traduzem em outras ferramentas de disputa política. A última reflexão que vou fazer nesse tópico é no sentido de que o lugar do aluno, que é construído dentro da universidade - tendo as observações que fiz nos conselhos um dos reflexos desse imaginário - em parte explica a habitualidade de ações políticas que rejeitam os espaços institucionais da UnB. Nessa mesma reunião do Cad, do dia 20/09, um dos pontos de pauta tratou da constituição de uma comissão do Cad para avaliar a resolução Cad n. 50/2013 e a sua aplicação à luz da instrução normativa do MPOG⁴⁸ n. 2/2018. Traduzindo, seria uma comissão para tratar da flexibilização da jornada de trabalho de técnicos-administrativos para 6 (seis) horas diárias e 30 (horas) semanais instaurada pela Comissão de Flexibilização - essa era uma das questões questionadas pelo relatório preliminar da CGU. A comissão já tinha nomes indicados que a Reitora Márcia tinha articulado previamente à reunião do Cad, sendo todos docentes. Um dos representantes discentes pediu que fosse incluído o nome

⁴⁸ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

de um estudante na comissão, mas o conselheiro Carlos Vieira Mota (DGP⁴⁹) afirmou que isso não seria possível porque os estudantes são “público” e não UnB, logo em seguida o argumento foi reforçado pela professora Márcia ao ponderar que colocar o “público” na comissão enfraqueceria a UnB no sentido institucional. Isso levanta uma questão que está subjacente nas linhas acima, de quem, dentro da universidade, detém a maior autoridade ou legitimidade para conduzir de maneira mais eficaz as respostas para questões práticas da gestão do meio universitário. O comentário de um dos representantes discentes vai nesse sentido:

“Então há uma resistência histórica dos professores a isso (comentando sobre a paridade nas instâncias da universidade entre os três segmentos), porque subjacente a essa tese há a de que, aqui os estudantes passam em trânsito, eles estão aqui para serem beneficiários de um serviço e não constituírem. Então eu vejo nas respectivas administrações que nos dizem assim: “você têm que nos deixar administrar porque o papel de vocês não é administrar”.”

Dessa maneira, a forma que os conselhos estão organizados, a assimetria na distribuição dos conselheiros entre os segmentos, expressa, reflete e constitui a posição de domínio reservada aos docentes nas atividades de gestão da universidade. Em outras palavras, existe um lugar, uma posição na rede de sentidos predominantes na universidade, designado para o estudante que a UnB, enquanto instituição estatal, produz ativamente. Se, de certa forma, impede uma integração maior dos estudantes nas atividades de gestão, ao mesmo tempo coloca esses mesmos estudantes em movimento no sentido de criar novas arenas públicas de deliberação e lançar mão de outros instrumentos de ação política como as ocupações. Nas palavras de um dos representantes: “E a paridade só é conseguida por um processo de força, de luta e ocupação, que foi na marra, porque se dependesse dos professores isso não ia ocorrer, foi um processo de muita luta”.

Essa reflexão, em parte, adianta o que vou discutir no próximo tópico do capítulo. Os locais de participação estudantil não são um local de partilha do poder de decisão e gestão, os conselhos universitários trabalham com um lugar do estudante como “consumidor” de um serviço que foi construído e reforçado durante a história institucional da UnB. Subjaz nas interações um conflito entre o corpo estudantil que se sente legitimado para definir os rumos da vida da chamada comunidade acadêmica e os setores dos professores e técnicos que atribuem a ausência de compromisso por parte dos estudantes com a gestão da universidade a uma ideia de que o estudante na UnB estaria apenas de passagem. Essa temporalidade que perpassa tanto a compreensão da bibliografia sobre movimento estudantil quando estudado por pesquisadores

⁴⁹ Decanato de Gestão de Pessoas.

também está presente em outro tipo de relação entre professores e alunos, um diálogo que se estabelece dentro de conselhos participativos.

2.3 O papel do aluno na gestão universitária

As situações etnográficas que descrevi acima, as interrupções constantes na fala de um representante discente, a dificuldade de inscrição de outra estudante e um aluno que, apesar de ter suas falas ouvidas, diz, em entrevista, o quanto foi difícil aprender estratégias para ser escutado nos conselhos, todas essas situações, se somam a falas pouco frequentes por parte dos estudantes dentro dos conselhos. Isso reforça a percepção que os conselhos não são espaços preocupados com a integração dos estudantes na gestão da universidade, a inserção dos estudantes é uma maneira de construir um lugar do estudante a par do diálogo institucional, mas jamais podendo decidir sobre os rumos da instituição.

Essa gramática de práticas no ambiente universitário se constituiu ao longo de um processo histórico da UnB enquanto instituição. A Universidade de Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1962 e em seu Plano Orientador (1962), quando relata como será a administração da UnB, apenas os docentes são mencionados (em seus respectivos cargos como Reitores e chefes de departamentos), isso está em consonância com o próprio pensamento do Darcy Ribeiro de que, os responsáveis pela gestão da Universidade seriam os melhores, os intelectuais, cientistas e filósofos. Os alunos sempre aparecem como os sujeitos, que após “passarem” pela universidade, serão as pessoas que vão impulsionar o desenvolvimento do país. Quando a Lei de Diretrizes e Bases da educação foi aprovada, chamada também lei Darcy Ribeiro pela sua influência na criação da legislação, consta expressamente em seu artigo 56 a predominância dos professores em assuntos tocantes a gestão das instituições de ensino superior:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

No período da ditadura militar a universidade foi administrada por interventores escolhidos pelo regime, assim, apenas com a redemocratização houve eleições para Reitor e Vice-Reitor, retornando com o princípio de “gestão democrática” assegurada pela LDB. Mesmo

após o Primeiro Congresso Estatuinte da Universidade de Brasília que contou com a participação de alunos, professores e técnicos da universidade, não se concretizou paridade entre os três segmentos nos conselhos da administração superior da Universidade nem nas eleições para Reitor e Vice-Reitor. Existia, nessas duas situações, um predomínio dos docentes nas atividades, nas eleições para Reitor e Vice-Reitor na UnB consagrou-se a proporção 70/15/15. Dessa forma, os setores da Universidade tinham “pesos” diferentes na votação, não se tratando de votos “por cabeça”. Os professores detinham 70% dos votos, os técnicos e estudantes 15% cada um. A proporção de um terço para cada setor da universidade só seria realidade em 2008 após uma ocupação estudantil do prédio da reitoria na administração do professor Timothy Mulholland⁵⁰.

Apesar da estrutura dos conselhos e sua composição permanecer com uma proporção maior de professores, a paridade se torna a expressão normativa, para os estudantes e para o movimento estudantil, do reconhecimento de que são constitutivos da universidade e que possuem legitimidade para decidir os rumos da gestão universitária. Essa percepção, em um primeiro momento, parece estar em consonância com a retórica de gestão democrática que é reconhecida por alguns professores. Em uma frase muito repetida pelo ex-reitor José Geraldo percebe-se a influência disso: “mesmo quando movimento estudantil erra, ele acerta”. Entretanto, essa percepção positiva da participação estudantil por parte de professores, convive com a sensação de exclusão, por parte do movimento estudantil, das decisões mais importantes dentro da universidade.

Essa dissintonia entre uma retórica preocupada com a inserção dos estudantes em espaços institucionais de gestão e a prática que gera uma sensação de pouca influência dentro desses espaços toma forma nas situações analisadas do Cad e do Consuni. Os conselhos são assimétricos não apenas pela sua configuração em que há um predomínio dos professores, mas também pela forma em que se dá as interações entre os estudantes e os demais conselheiros. Além das situações que mencionei no início desse tópico, há outras que os estudantes enfrentam no seu dia a dia, que parecem escapar à retórica da participação e da gestão democrática:

“Mas ao mesmo tempo, tem muitos espaços em que somos excluídos. Muitos debates que nós não podemos adentrar ou participar, é aquela martelada de cima pra baixo. Tipo, tem isso, nós queremos que o Cadir⁵¹ desça isso pros estudantes, fazer eles ficarem de boa. Muitas vezes dentro de espaços de

⁵⁰ A ocupação realizada por estudantes se deu devido a supostas irregularidades durante sua gestão na instituição. Posteriormente, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve, por unanimidade, a absolvição do ex-reitor Timothy Mulholland.

⁵¹ Cadir é o Centro Acadêmico de Direito da UnB.

conselho⁵² a gente vive isso também. Tem uma pauta dos professores que eles querem aprovar, para isso eles precisam do cadir pra descer pros estudantes, e só desce” (Pedro Ribeiro).

A descrição dos alunos parece caracterizar os conselhos como um ambiente que cria uma percepção de participação, sem garantir uma real contribuição desse segmento da UnB no processo decisório. Ao mesmo tempo, esse vazio de poder/sensação de exclusão não desautoriza a retórica de gestão participativa da universidade, não só a participação estudantil é necessária como ela também precisa ser expandida. A estratégia combinada de deixar institucionalmente o poder decisório na mão dos docentes e, simultaneamente, manter as vozes dos estudantes junto aos conselhos superiores como conselheiros cria uma estrutura em que a participação estudantil nesses espaços é celebrada como um marco da “gestão democrática”, mas desautorizada quando não convém aos interesses dos docentes. Isso, quando as demandas estudantis não são vistas como um empecilho as próprias disputas entre os professores.

Teixeira e Dias da Silva (2018, p. 9) ao estudarem políticas públicas de saúde indígena, observando a negociação política entre lideranças indígenas e gestores governamentais, ressaltam que a dominação cotidiana - própria da burocracia - quando suavizada em “gestão democrática” passa a ser atribuída às qualidades e interesses daqueles que atuam na gestão, responsáveis, dessa forma, pela não efetivação dos princípios pactuados no tocante às políticas de saúde indígena. Normalmente, dentro da ação política estudantil, as acusações de quebras de acordos ou de “falta de diálogo” são direcionadas, assim como observado por Teixeira e Dias da Silva (2018), aos indivíduos com quem interagem, são os coordenadores de curso, a reitora. A ênfase nas pessoas que se vê e interage com mais frequência dificulta perceber que a própria estrutura do jogo nos conselhos participativos, marcado pela gentileza e a retórica de gestão democrática, são formas de desautorizar os conflitos advindos de demandas dos estudantes quando essas demandas não se conformam aos códigos e linguagens próprios desses espaços de participação.

Uma última situação que vou narrar referente aos conselhos é sobre a reunião do Cad do dia 01/02 em que a pauta principal dessa reunião era sobre a proposta de aumento do restaurante universitário. Essa reunião estava lotada por estudantes que a todo momento interrompiam a fala da reitora com palavras de ordem afirmando que não iriam aceitar o aumento que estava sendo

⁵² Aqui o estudante fala da sua experiência dentro do conselho da faculdade de direito, não os pertencentes à administração superior da UnB.

proposto. Era visível o desconforto dos professores com a situação e, principalmente, uma certa irritabilidade por parte da reitora, que dizia sempre estar aberta ao debate e ao diálogo, mas que não era possível estabelecer uma negociação da forma que estava ocorrendo na reunião daquele conselho. Essa situação demonstra que os desconfortos por parte dos professores ocorrem quando se rompe a retórica dos conselhos enquanto espaços de consenso, do diálogo, da gestão democrática.

A dinâmica do poder demonstra que estruturas burocráticas e da administração não são procedimentos que anulam a cidadania produzindo estudantes dependentes, mas são, na verdade, modos de governo que trabalham em cima das capacidades do corpo estudantil agir em seu benefício (CRUIKSHANK, 1999). Apesar das críticas que os estudantes tenham a esses espaços institucionais de participação da universidade, isso não significa que eles não queiram ou não achem importante participar do Cepe, Cad e Consuni, inclusive acreditam ser positivo a expansão da participação nesses espaços. Se jogar o jogo formatado pelos conselhos possui tantas dificuldades quanto procurei descrever, recusar participar do jogo é visto como uma perda da dimensão total das disputas dentro da universidade.

“Agora, ao mesmo tempo, os conselhos tem uma dimensão muito importante para a sua formação, você passa a ter uma dimensão mais global da universidade, que a constitui, quem são os atores, a disputa, e você pode tomar decisões mais informadas em relação a sua própria vida e em relação a vida política que você constitui. Outra dimensão que é importante, é a dimensão da informação, você consegue subsidiar os movimentos com informações que em geral eles não têm pra que eles possam efetivamente fazer a luta social” (João Marcelo).

Essa capacidade de fornecer informação é vista também como uma forma de romper a retórica do consenso em períodos de crise para o movimento estudantil. A aparência de que os conselhos lidam apenas com a gestão patrimonial e curricular da universidade cria uma aparência de que não são espaços capazes de tangenciar aspectos essenciais e delicados da vida dos estudantes. Aumento do restaurante universitário (em que há alunos não contemplados pelos programas de assistência estudantil e que sentem esses impactos na sua esfera econômica), bolsas da assistência estudantil, intercampi (na situação do Cad em que estudantes tiveram que dormir na rodoviária), políticas de saúde mental, etc. Quando os conselheiros desautorizam a fala do estudante sobre aspectos que, na sua perspectiva dizem respeito a sua vida, seja não escutando, seja interrompendo, seja rejeitando a forma com que a demanda foi formulada, criam

um espaço de silêncio sobre essas questões em um processo singular de “produção de sujeitos e de sujeição” (TEIXEIRA; DIAS DA SILVA, 2018, p. 15). Nas palavras de dois estudantes:

“A gente tem muita dificuldade de impetrar dentro dos espaços institucionais e nos professores porque eles não conseguem reconhecer esse sofrimento que os estudantes passam” (Pedro Ribeiro).

“Então, foi muito difícil, inclusive para mim, eu sempre me saia muito mal pessoalmente inclusive, emocionalmente, porque você notava que a sua presença era indesejada, que a sua presença é uma presença que estava ali incomodando, que a sua presença não era uma presença bem vinda de parte a parte.” (João Marcelo).

São esses estudantes, que sentem angústias em não serem reconhecidos em suas demandas, que vêm a importância de se mobilizar com ferramentas de ação política, como as ocupações, em que se estabelece a legitimidade de pautar os assuntos que acreditam ser mais prementes dentro da universidade. Se observar as reivindicações durante as ocupações, vai perceber que elas giram em torno desses assuntos que são silentes nos conselhos, como aumento das bolsas de assistência estudantil, assim como o edital de novas bolsa de assistências, concessão do espaço do Quilombo-Diretório Acadêmico Negro, além do posicionamento público contra a PEC 241/55⁵³, políticas de acolhimento estudantil etc.

Dessa forma, o constrangimento e o desconforto quando se rompe o acordo tácito de consenso dentro dos conselhos significa que os conselhos não estão estruturados para anular os representantes discentes de pautarem suas demandas naquele espaço, mas sim para criar um estudante participativo adequado às dinâmicas políticas estabelecidas por esses espaços. Opera, em vista disso, um apagamento de questões delicadas para a vida estudantil por meio das condições tácitas de funcionamento dos conselhos que as suavizam por um discurso de gestão democrática. Apesar da gama de assuntos burocráticos que os conselhos são obrigados a lidar rotineiramente, não se pode apagar o fato de que em alguns momentos, são instrumentos que lidam com aspectos da vida dos estudantes.

⁵³ A Emenda Constitucional n.º 95, de 2016 alterou a Constituição brasileira de 1988 para instituir o Novo Regime Fiscal ou o Teto dos Gastos Públicos. Trata-se de uma limitação ao crescimento das despesas do governo brasileiro durante 20 anos, alcançando os três poderes, além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União. Durante o processo legislativo recebeu diversas denominações: PEC do Teto dos Gastos Públicos, PEC do Teto, PEC 241 na Câmara dos Deputados e PEC 55 no Senado Federal.

3. Desafios da articulação entre movimentos sociais e instituições estatais

3.1 Um olhar sobre o que chamam de “novos” movimentos sociais

Esse capítulo tem a proposta de refletir à luz da literatura sobre os “novos” movimentos sociais a atuação do movimento estudantil que até agora foi investigado em dois momentos diferentes, no primeiro capítulo um período dramático da vida social, de mudança sensível da forma como se estruturava a disputa política e, no segundo capítulo, a ação política estudantil foi investigada no cotidiano, as dinâmicas sociais foram avaliadas em reuniões rotineiras dos conselhos da administração superior da universidade. O primeiro tópico deste capítulo está destinado para uma revisão bibliográfica da literatura sobre movimentos sociais, buscando refletir sobre como os debates emergentes (raciais, feministas e de gênero) se aliam com debates já existentes de classe dentro do movimento estudantil, que teve uma mudança de perfil sensível com a política de cotas dentro da universidade. O segundo tópico deste capítulo vai buscar fazer uma reflexão sobre uma divisão que parte desses estudos faz sobre a atuação de movimentos sociais “fora” da arena institucional e “dentro” dessa arena. Por fim, vou fazer uma reflexão sobre a participação institucionalizada, investigar o que nas palavras de Abers e Tatagiba (2014) seria a constituição de uma espécie de ativismo institucional.

Quando visualizamos os aspectos formais do movimento estudantil, não podemos ignorar a discussão desses aspectos a luz das teorias dos movimentos sociais que buscam identificar e analisar atores, pautas e os processos que motivam as ações coletivas (DELLA PORTA e DIANI, 2006). Autores como Gohn (1997) classifica o movimento estudantil como um novo movimento social, dessa forma, trata-se de um movimento social, como o feminista e o ambientalista, que contemplam debates emergentes e não tem como identidade principal a questão de classe.

Della Porta e Diani (2006) definem movimento social como um processo social distinto que “consiste nos mecanismos em que os atores se engajam em uma ação coletiva quais são: “envolvimento em relações conflituosas com inimigos bem definidos, conectados através de uma rede informal densa e compartilhamento de uma identidade coletiva distinta” (2006, p. 20, tradução nossa). Mendonça (2008, p. 138) busca pensar os movimentos sociais não como atores, mas como forma de ação coletiva, entendidos, portanto, como “acontecimento, em seu puro

devir, movimentos são essa potência de ação que profetizam sobre o passado e o futuro, permitindo a permanente construção da realidade”. Tilly (2006) define como um grupo que demonstre repertórios e estratégias utilizado em campanhas. Gohn (1997) sintetiza os elementos que marcam os novos movimentos sociais:

“Eles destacaram que os "novos" movimentos estudados foram basicamente o das mulheres, os dos ambientalistas, aqueles pela paz e dos estudantes; afirmando que as características básicas dos NMS são cinco: seus valores - usualmente antimodernistas -, as formas de ação - com o uso intensivo de formas não-convencionais -, sua constituição - com grupos predispostos a participar porque são marginalizados pelo *status quo* vigente ou porque se tornaram sensíveis aos resultados sociais da modernização capitalista -, as novas aspirações e a satisfação de necessidades postas em risco pelas exigências da burocratização e aumento da industrialização - levando à perda de laços tradicionais e das estruturas de lealdade existentes. O resultado de tudo isso foi levar as pessoas a ficarem mais receptivas às novas visões de novas utopias sociais” (GOHN, 1997, p. 82).

De acordo com Touraine (1985), os movimentos sociais estão sempre definidos por um conflito social, com adversários bem definidos, com esforços direcionados a controlar padrões culturais. Dessa forma, movimento social parece se comportar como uma categoria ampla que abarca tanto os movimentos que buscam mudar a ordem cultural estabelecida quanto grupos de pressão que não carregam críticas a ordem cultural vigente. Portanto, Touraine (1985) reconhece que não se pode separar em categorias distintas o movimento social com caráter transformador da realidade do movimento social da classe dominante. Tilly (2006) percebe que os movimentos sociais combinaram três elementos em sua trajetória histórica: campanhas com suas reivindicações; apresentações públicas, incluindo marchas, manifestações, ocupações, em suma, o repertório do movimento social; e exibições públicas frequentes de unidade e compromisso por meio de cores, emblemas, canções militantes, bandeiras, etc. Guattari (1986), em sua entrevista sobre as alianças entre os partidos e os ditos movimentos alternativos, deixa evidente que as estratégias e alianças mútuas buscam aliar as perspectivas dos movimentos sindicais com os debates alternativos e vice-versa.

Guattari (1986) argumenta que, apesar da expressão novos movimentos sociais ser discutível, de um ponto de vista histórico, os acontecimentos como os ocorridos em maio de 1968 na França⁵⁴, existe a constituição de movimentos sociais que não estavam organizados

⁵⁴ O movimento de maio de 1968 na França foi um símbolo da renovação dos valores acompanhado com a força estudantil. Esse período é visto como desdobramento de uma série de questões propostas nas lutas políticas e obras intelectuais e a consolidação de um movimento de protagonismo de estudantes. A partir de um protesto de

anteriormente. Afirma, também, que até mesmo em relação aos movimentos de mulheres foram sempre grupos muito restritos, pequenos analistas sociais por assim dizer, e só ganharam toda sua importância mais recentemente (GUATTARI, 1986). Por outro lado, Frank e Fuentes (1989) rejeitam que os “novos” movimentos sociais são fenômenos novos, dessa forma, ainda que eles tenham algum aspecto de novidade, são apenas novas formas de movimentos sociais que existiram na história. Argumentam que os movimentos tidos como clássicos, da classe trabalhadora e sindicais, surgiram principalmente no século passado relacionado com o desenvolvimento do capitalismo industrial (FRANK; FUENTES, 1989). Afirmam que os movimentos de camponeses, étnico e de mulheres contam com numerosos movimentos sociais ao longo da história europeia, como as revoltas de escravos em Roma, movimentos de mulheres no século XII, que desencadearam a caça às bruxas e outras formas de repressão contra as mulheres e até mesmo movimentos camponeses no século XVI na Alemanha (FRANK; FUENTES, 1989). Se o elemento de novidade, enquanto participação de novos atores com demandas diferentes, não persiste enquanto essencial para a classificação de um movimento social como “novo”, poderia se pensar que a constituição mais recente desses movimentos é o que classificaria esses movimentos sociais como novos. Contudo, em países de industrialização tardia, movimentos ligados a entidades sindicais nascem no mesmo período em que os “novos” movimentos sociais em contexto europeu como o maio francês.

Ademais, a percepção de que há uma espécie de valor “antimodernista” com o uso intensivo de formas “não-convencionais” não se sustenta quando se percebe que os mesmos estudantes que ocuparam a universidade em 2016, também estão em espaços “convencionais” como os conselhos da universidade, coletivos e partidos políticos. O imaginário de que o movimento estudantil se concentra principalmente em ações “não convencionais” como ocupações e protestos é ignorar todo um cotidiano de atividades e ações políticas em espaços institucionais da universidade.

Além disso, o dilema sobre o espaço da reflexão de classe frente a esses debates, tidos como emergentes no cenário dos movimentos sociais, é fonte de formulação do movimento

estudantes franceses da Universidade de Nanterre, uma sequência de eventos se eclodiu em que universitários franceses engrossaram a fileira dos protestos contra problemas vividos na França, que contou com intensa cobertura televisiva. O contorno das questões envolvendo os protestos ganhou contornos amplos e delicados, que não serão detalhados nesse trabalho, mas desde a exigência de renúncia do presidente Charles de Gaulle, o movimento protagonizou desde enfrentamentos contra policiais armados, greve geral de mais de 10 milhões de trabalhadores, ao mesmo tempo em que evidenciou diferenças e conflitos entre os próprios manifestantes.

estudantil em diversas nuances, mas existe uma percepção geral, como demonstrada pela fala desse estudante:

“Claro que a gente precisa dar... a gente não pode beber diretamente dessa fonte mais antiga de luta de classes e viver só dela. Hoje em dia existem várias interseccionalidades que passam por isso, é isso, a minha subjetividade é enquanto uma pessoa LGBT, mas ela também é construída pelo trabalhador, enquanto uma pessoa oprimida pelo capitalismo. Não são duas coisas desvinculadas, eu sou um só, não é o Pedro estudante, o Pedro LGBT ou o Pedro trabalhador.”

As mudanças dentro do ambiente universitário, no tocante ao perfil do movimento estudantil, gerado pelas cotas sociais e raciais, permite compreender que a novidade se encontra na forma em que os debates de gênero, raça e classe estão articulados como uma identidade do movimento estudantil e, não necessariamente, “novas utopias”, até porque as percepções sobre o capitalismo ainda possuem centralidade dentro do movimento estudantil.

Outros autores também têm se questionado sobre essa classificação do movimento estudantil em “novo” movimento social por outra via. Bringel (2009) afirma que os movimentos estudantis funcionam de maneira cíclica e se alimentando de outros movimentos sociais, possuem objetivo de curto prazo e predominantemente corporativista (visando o futuro profissional), organização pendular e variável, contando com diferentes graus de organicidade, e composto por setores de classe média de amplo espectro ideológico. Devido a essas características, os estudantes não seriam capazes de constituir base para um movimento social, mas podem ser um elemento fundamental para as pautas levantadas por movimentos sociais (FERRARO; DAL RI, 2014). Dessa forma, tanto Bringel (2009) quanto Ferraro e Dal Ri (2014) sugerem que movimento estudantil deveria ser estudado como categoria própria e não como movimento social. Vechia (2012) coloca que a intenção desse debate é explicitar que o movimento estudantil pode não ser necessariamente um movimento social por si só, mas ele é definido por suas condições materiais e históricas, podendo, em determinada conjuntura se estruturar na forma de movimento social.

Se existe essa discussão dentro da literatura, a posição dos participantes do movimento estudantil, apesar de não ser uniforme, que captei nas entrevistas e na etnografia caminha no sentido de que movimento social e movimento estudantil “é uma coisa só”. Independente dos aspectos colocados pela bibliografia citada acima, os estudantes se baseiam nas redes de solidariedade com os outros movimentos sociais, nos sentimentos de luta contra injustiças

sociais, enfrentamento de estruturas dominantes da sociedade (seja o capitalismo, estruturas de raça e gênero) e na capacidade e autonomia do movimento estudantil de organizar suas próprias lutas sociais. Além disso, existe uma dimensão estratégica que ao acionar a categoria de movimento social, os estudantes estão tomando emprestado não apenas a força simbólica dessa categoria para o movimento estudantil, mas também imprimindo um engajamento moral no ME semelhante aos participantes de um movimento social capaz de protagonizar lutas sociais e promover mudanças estruturais. Não se trata de uma escolha calculada e consciente dos atores e nem mesmo de um produto automático das práticas cotidianas do movimento estudantil, mas uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às dificuldades que um movimento de juventude se coloca nos espaços que disputa. Essa disputa se encontra em alguns autores no conceito de participação estudantil. O que se pode afirmar é que participação não é um conceito pacífico tanto em sua definição quanto como processo de abrangência de todos os interessados nos processos de decisão. O conceito acabou assumindo muitas vezes um sentido democrático, sendo quase que um sinônimo de democracia (CARRANO, 2012), contudo não podemos esquecer as diferentes estratégias e jogos de poder que ocorreram nesses espaços sempre desenhando novos contornos para os processos de participação.

O conceito de participação pode ser um pouco amplo, mas existe uma ideia de que participação estudantil é uma série de atividades que empoderam os estudantes a fazer parte e influenciar o processo de tomada de decisões que afeta suas vidas e a tomar ação sobre assuntos que achem pertinentes (O'DONOGHUE; KIRSHNER; MCLAUGHLIN, 2003). Carrano (2012) diz que existem dois sentidos referentes à participação, um sentido forte e um fraco. O sentido forte que faz alusão aos processos que “levam ao engajamento ou envolvimento militante e que pode impactar decisões que afetam a vida de indivíduos, grupos e instituições” (CARRANO, 2012, p. 86). O sentido fraco estaria associado com formas de envolvimento que não são capazes de criar um engajamento ativista e nem de interferência em processos de tomada de decisão (CARRANO, 2012). A literatura costuma tentar aferir a qualidade da participação juvenil, dessa forma não se trata se os jovens podem ou não participar dos espaços representativos, mas sim perceber até onde esses indivíduos ou grupos são capazes de influenciar as decisões nesses espaços (CARRANO, 2012).

Dessa forma, o desafio colocado por esses autores seria quais são as barreiras que dificultam a capacidade do movimento estudantil de influenciar as decisões que afetam suas

vidas na universidade, já que se trata de uma participação que leva ao engajamento e envolvimento militante. Encarar as ações dentro das ocupações e, até mesmo dentro dos conselhos, sob o ponto de vista do resultado de impactar a vida de indivíduos, grupos e instituições, permite a possibilidade de encarar o movimento estudantil no sentido “forte” de participação. Isso só é possível se levamos em conta o engajamento moral dos atores, os processos e os sentimentos que os atores mobilizam inclusive em momentos rotineiros de ação política. Isso se confirma quando você percebe que, nas entrevistas, as respostas mais longas eram elaboradas quando perguntados sobre a dimensão da militância nas respectivas vidas pessoais e quando contavam sua trajetória política dentro do movimento estudantil. Em suma, não é apenas o poder de influência nos processos decisórios que é definitivo para gerar um engajamento no movimento estudantil, existem outros fatores, podendo ser amizades, a esfera dos valores, espaços de afeto e compreensão de sofrimentos e subjetividades, enfim, muitas vezes motivos desconectados dos resultados práticos, mas que são capazes de criar fortes vínculos de ativismo entre os participantes.

Do ponto de vista dos autores dos novos movimentos sociais, existe uma dificuldade desses movimentos influenciarem a arena decisória de forma institucional, dessa forma, os movimentos sociais se utilizam de formas de ação política não institucionalizadas como os protestos. A perspectiva que vou buscar trabalhar é que os movimentos sociais, e no caso o movimento estudantil, constituem um elemento básico da política cotidiana e que as fronteiras entre o que pode ser considerada ação política institucionalizada e não institucionalizada são muito mais permeáveis do que se imagina (GOLDSTONE, 2003). Dessa forma, tanto os protestos e atos realizados pelo movimento estudantil dentro da universidade quanto o cotidiano de representação nos conselhos da universitários, por mais que sejam condutas diferentes, são constitutivos da rotina do movimento estudantil. O que as análises sobre movimentos sociais perceberam é que você não consegue estudar movimentos sociais independente do contexto político, sem levar em conta as operações realizadas dentro da política institucional (GOLDSTONE, 2003). Ao mesmo tempo, o inverso também é verdadeiro, não é possível compreender as dinâmicas dentro dos espaços representativos da UnB sem entender a perspectiva estudantil ao lidar com essas instâncias.

3.2 Dentro ou fora? Relação entre movimentos sociais e instituições do estado

Com a diversidade de estudos sobre a relação entre movimentos sociais e as instituições do Estado, tem se chamado a atenção sobre a forma dessas interações, seja em instituições participativas ou protestos, resultados de mobilizações, estruturas de oportunidades políticas. Contudo, o que percebi da reflexão sobre os “novos” movimentos sociais é uma tendência de separar as ações políticas que ocorrem “dentro” do Estado, envolvendo política partidária, eleições e mecanismos de participação institucionais e ações que se dariam “fora” do Estado, envolvendo atos, protestos e campanhas, sendo feita uma análise, portanto, de como as ações dos movimentos sociais poderiam influenciar ou não a esfera de decisão da política institucional. A divisão entre os movimentos sociais e a política institucional está concretizada em autores como Tilly (1978) que apresentou os movimentos sociais como “challengers”, atores políticos constituídos que não possuem acesso rotineiro às dinâmicas de poder, que buscam entrar no mundo institucionalizado dos “polity members”, que, esses sim, possuem acesso rotineiro aos agentes do governo e recursos.

Dessa forma, alguns autores imaginam um espaço externo à institucionalidade estatal onde ocorreria protestos de movimentos sociais, sendo essa uma característica desses próprios movimentos, de que estariam “à margem” do Estado. Wood (2003), ao descrever a construção do modelo de democracia representativa, afirma que essa se deu de forma a deslegitimar a política “extraparlamentar”, que seria justamente a arena de atuação dos movimentos sociais. Calil (2015) vai no mesmo sentido ao refletir sobre o acúmulo de lutas sociais, tidas para o autor como contra-hegemônicas, argumentando que legislações estatais são instituídas como forma de atingir os movimentos que fazem frente à subjugação do Estado. Existe uma percepção de que os movimentos sociais funcionam como “outsiders” em relação ao Estado e, mesmo que haja uma relação entre os movimentos sociais e a política institucional, ainda se define esses movimentos por atuações como marchas, campanhas e protestos. Gohn (2011), ao definir movimentos sociais, diz:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios a ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.) até as pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335).

A proposta nesse tópico é pensar por uma outra via, ou seja, que movimentos sociais fazem parte da forma institucionalizada de fazer política e que as fronteiras entre uma atuação “fora” do Estado e “dentro” do Estado não são dados a priori. Acredito que é possível concluir, tanto da investigação da ação política dentro do movimento estudantil quanto nas suas relações com as instituições previstas na universidade, que os participantes dos movimentos sociais transitam por esses espaços seja participando de atos e protestos, seja dentro de partidos políticos ou espaços de representação previstos, rotineiros, como os conselhos. Isso está presente nas falas dos participantes:

“Entrevistador: Você faz parte de algum coletivo ou força política?

Pedro Ribeiro: Sou do RUA - Juventude Anticapitalista⁵⁵. [...] o movimento estudantil, dentro do RUA, também está muito ligado a outras pautas. Você pode ver mesmo no RUA, com o MTST, as pautas do movimento LGBT, feministas, antiracistas [...].

Entrevistador: Participou de alguma campanha nessas eleições?

Pedro Ribeiro: Intensamente, principalmente do Marivaldo (candidato a senador pelo PSOL), Fátima (candidata a governadora pelo PSOL), Max Maciel (candidato a deputado distrital pelo PSOL)”.

Essa fala é apenas uma representativa de como o movimento estudantil está vinculado tanto ao meio político universitário, eleições de Centros Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes, quanto às pautas de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores sem Teto e eleições gerais de candidatos ao Senado Federal, Deputados, Governadores, etc. Isso é uma demonstração de que movimentos sociais não são apenas outro fórum de debates ou uma forma (alternativa ou não) de expressão política, mas se tornaram parte do ambiente e das estruturas sociais da prática política de partidos políticos, eleições, conselhos participativos (GOLDSTONE, 2003).

Isso significa dizer que as pesquisas empíricas demonstraram que os atores e as estruturas políticas como partidos e movimentos sociais estão entrelaçados. Recentemente, houve uma aliança entre o MTST e o PSOL com Guilherme Boulos, ao mesmo tempo que liderança dentro do MTST, figurou como candidato à presidência pelo referido partido. Isso não é novidade na cena política, pois a entrevista concedida por Guattari (1986) demonstrou que é uma preocupação antiga quando refletiu sobre alianças entre movimentos sociais alternativos com o

⁵⁵ Esse movimento nasce em janeiro de 2014, durante o I Acampamento das Juventudes Anticapitalistas, realizado em Niterói/RJ, e que reuniu jovens de 21 estados do país. O I Acampamento reuniu mais de 800 jovens e foi uma iniciativa dos coletivos nacionais “Rompendo Amarras”, Levante (laranja) e outros coletivos locais. Desde 2014, o movimento atua em diversos territórios do país, com o objetivo de organizar a juventude brasileira em uma perspectiva anticapitalista.

Partido dos Trabalhadores. Em outras palavras, como percebi no movimento estudantil, os indivíduos que participam do movimento estudantil podem também estar atrelados a partidos políticos. Os estudantes podem ser representantes discentes no Cepe, Cad e Consuni e terem ocupado a universidade em 2016. Não se trata apenas dos indivíduos, mas as organizações e movimentos sociais normalmente se engajam tanto em protestos quanto em ações políticas “convencionais” (sendo o caso que citei do MTST e PSOL um exemplo disso).

É preciso entender que quando movimentos sociais, em um processo que tange sua identidade enquanto movimento, toma uma postura de externalidade e oposta ao sistema político e partidário estabelecido como forma de evitar “cooptação” ou um compromisso muito grande com as regras do jogo, trata-se de uma estratégia e não de uma característica inerente desses movimentos sociais. Bourdieu (2003) reflete que mesmo quem se coloca fora do campo, está disputando uma posição dentro do campo, seja questionando as regras ou como forma de se posicionar nesse campo. Em outras palavras, precisamos encarar protestos e atos como apenas uma das facetas dos movimentos sociais e que existem múltiplas possibilidades de estratégias de ação que são combinadas no cotidiano desses movimentos. Isso é importante para repensar que ao participar da política institucionalizada, os movimentos estariam fadados ao movimento de “cooptação”, podendo até mesmo desaparecer ou perder de forma crucial sua capilaridade. Contudo, não é o que ocorre. Movimentos de mulheres, estudantil, entre outros, continuam a utilizar protestos enquanto tática em conjunto com os processos políticos nas esferas previstas para atingir suas demandas, o repertório de ações de protestos e atos não foi substituído pela participação política nas instâncias estatais, mas foi expandido para incluir ambos (GOLDSTONE, 2003).

Apesar de grupos poderem estar mais alinhados às autoridades estatais do que outros, não vejo como possível uma divisão qualitativa entre o que se chamou acima de “challengers” e “polity members”. Dessa forma, é mais preciso pensar os alinhamentos e influências como um continuum em que grupos vão ter diferentes níveis de acesso e influência na política institucional, sendo as mudanças de acesso muito mutáveis na trajetória de um movimento político (GOLDSTONE, 2003). Assim, como observei no movimento estudantil, existe uma permeabilidade grande entre as diferentes formas de ação política, tanto as ocupações quanto ações em conselhos da universidade são complementares no que constitui as relações estudantis. Isso ficou evidente na observação dos conselhos, das ocupações e nas entrevistas.

“Entrevistador: Como você vê protestos e ações dentro da arena institucional?
 Pedro Ribeiro: Vejo como complementares. Então, é isso, a universidade é uma só, não tem como a gente desvincular essas coisas. Então esses espaços institucionais, ele fazem parte da construção da universidade, a gente não pode negligenciar eles, mas ao mesmo tempo o ME (movimento estudantil) quando reivindica apenas os espaços institucionais, ele deixa de trabalhar a base que é pra quem, por quem e com que construímos a nossa luta cotidianamente.”

O que se percebe, na verdade, é que existe uma preferência por parte dos estudantes pelas chamadas “ações diretas”, que são os casos das ocupações e protestos, pela sensação de que elas são capazes de gerar mudanças mais sensíveis para o movimento estudantil. A natureza enfadonha dos conselhos (e aqui acredito ser possível expandir a reflexão para todos os conselhos que tem participação estudantil na universidade, como os colegiados de cada curso) e os baixos resultados para as demandas estudantis dentro deles, no entanto, não significam, em nenhum momento, que eles perdem sua importância ou que não são espaços que devam ser disputados pelo movimento estudantil, ambas as ações políticas têm uma noção de complementaridade

Como reflexão final nesse tópico, gostaria de retornar a uma questão de que os movimentos sociais estariam “à margem” do Estado. O que pretendo argumentar é que não é possível pensar em um conceito espacial de margem do Estado (normalmente uma margem estática) já que é uma ideia que parte da própria construção e crença de um Estado uno, indivisível, com funções e princípios bem definidos. Como Castilho, Lima e Teixeira (2014, p. 13) nos lembram, o Estado está entrelaçado pela rede de agentes e agências que compõem sua dimensão organizacional agregando compromissos, interesses e percepções que não estão circunscritas às fronteiras institucionais-doutrinárias ou geográficas legalmente prescritas. O próprio conceito de margem, que alguns autores usam ao analisar a ação dos movimentos sociais, pressupõe um limite da atuação do Estado, normalmente em localidades ditas periféricas, um lugar fixo que ele não se encontra presente ou quando se faz presente, tem uma atuação menos sensível.

Veena Das e Deborah Poole (2008) ressaltam que as fronteiras devem ser pensadas como margens que se deslocam e se multiplicam tanto para o centro quanto para a periferia e que esses processos constituem o próprio Estado. Dessa forma, as margens não seriam apenas espaços periféricos, mas elas são concebidas em processos cotidianos onde a ação estatal se demonstra como contraditória em um esforço constante de negociações de sentidos entre os agentes e

agências. O que as pesquisas em contextos estatais demonstram é que os limites das fronteiras estatais estão em constante negociação, eles são criados e reformulados em diferentes situações. Abrams (1988) propõe pensar o Estado como um sistema, ou seja, uma prática política que não é uma entidade externa que interpreta as dinâmicas políticas, isso nos permite pensar sobre as ações dos agentes de governo, mas sem reificar suas identidades. É uma proposta que busca entender que as relações internas e externas das instituições governamentais (o sistema Estado por assim dizer) podem ser estudadas sem pressupor o Estado como ente dotado de vontade e intenção, é levar de modo sério a ideia de Estado, mas sem percebê-lo como realidade (ABRAMS, 1988).

Esse cenário pode ser refletido sob a ótica do movimento estudantil e pensar seus participantes e os atores com quem interagem no cotidiano da universidade como sujeitos complexos que disputam identidades (seja de professor ou de aluno) e valores através de negociações de sentidos, gentilezas, ação política. De certa forma, isso nos mantém longe da perspectiva dos agentes da burocracia como uma classe separada de todas as outras, são pessoas em um momento específico da dinâmica social, com seus interesses, relações de poder, cenários e trajetórias. Aguião (2014) ao investigar as relações entre movimento social, universidade e a gestão pública notou que existiam papéis atribuídos a cada componente da tríade que se desenhou. Contudo, a autora, foi notando que esses posicionamentos e significados iam se misturando e se intercalando. Quando chegou o momento das Conferências Estaduais, as pesquisadoras, que normalmente participavam das conferências como observadoras, foram credenciadas como “poder público” e se viram na situação de participar da disputa de chapas que ocorreu dentro da conferência (AGUIÃO, 2014). Essa, nas palavras da autora, “saía justíssima”, fez pensar na artificialidade de determinadas fronteiras estabelecidas e a posição que a universidade/academia ocupava. A pesquisadora foi entendendo que os espaços que, a priori, pareciam definidos da universidade/academia, movimentos sociais e governo/Estado, “falam sobre disputas de território e espaço no campo político, sobre competições por financiamentos, sobre a produção e o deslocamento de hierarquias, entre outras coisas” (AGUIÃO, 2014, p. 124). Essa reflexão é importante para pensar que as margens e fronteiras do Estado estão em constante negociação, movimentos sociais e agentes do Estado disputam a todo momento os sentidos sobre território, política e identidades, em uma rede administrativa de burocratas e instituições do poder público.

3.3 Engajamento institucional: uma investigação sobre a mediação entre o movimento social e as instituições burocráticas

O último tópico desse capítulo pretende fazer uma reflexão sobre o que Abers e Tatagiba (2014) chamaram de ativismo institucional, ao perceberem que muitos participantes de movimentos sociais estavam assumindo posições dentro de ramos do Estado. O ativismo institucional parte, em um primeiro momento, de um esforço dos ativistas em promover mudanças dentro de uma rígida estrutura burocrática e restrições advindas das dinâmicas políticas (ABERS; TATAGIBA, 2014). Ao mesmo tempo, esses ativistas, ao perseverar nessas circunstâncias que podem ser frustrantes, possuem conexões com os movimentos sociais que providenciam recursos e obstáculos as suas atividades nos ramos institucionais do Estado (ABERS; TATAGIBA, 2014).

O debate sobre essa forma de ativismo e o duplo lugar de militantes em posições de agentes do governo encarregados de implementar políticas públicas permite avançar na compreensão da existência de fronteiras entre movimentos sociais e o Estado, se é que existe alguma. A possibilidade de militantes de movimentos sociais assumir posições da burocracia estatal e, assim, avançar em suas pautas através de projetos e políticas públicas permite pensar não apenas no processo de movimentos sociais “entrando” em instituições do estado, mas pensar que grupos políticos podem, até mesmo, ter origem nessas próprias instituições. O que pretendo refletir aqui é como os militantes do movimento estudantil mediam posições institucionalizadas (como representações em conselhos, Diretório Central dos Estudantes e Centros Acadêmicos) com militantes que não estão nessas posições. É uma relação delicada porque tende a ser uma forma de ativismo distante de repertórios tradicionais dos movimentos sociais como protestos e com esforços constantes que não tem uma percepção de efetividade imediata (ABERS; TATAGIBA, 2014).

Farei uma ressalva antes de me adentrar nos argumentos desenvolvidos por essas duas autoras sobre o contexto de pesquisa que estou enfrentando. Abers e Tatagiba (2014) analisam contextos de movimentos sociais em que ativistas assumiram empregos e posições dentro do sistema Estado e se colocaram na posição de implementar políticas públicas, campanhas, ações bem diferentes do ambiente de marchas e atos que estavam acostumados anteriormente. No meu caso, os estudantes em nenhuma hipótese até hoje, pelo menos na UnB, assumiram cargos e

funções dentro da universidade que não fossem na figura de estagiários. Há apenas um caso em que um estudante foi cogitado para uma posição, mas nunca passou de um rumor, haja vista que sua posição enquanto aluno não permitia assumir aspectos da gestão da universidade, é algo bem restrito ao conjunto dos docentes e técnicos (coincidentemente o aluno que foi ventilado para assumir um cargo é o mesmo que foi chamado de professor pela reitora Márcia). Contudo, posições institucionalizadas referente a posições de representação estudantil como CAs, DCE e os representantes discentes são figuras peculiares de representação.

Apesar de não serem responsáveis diretamente pelas políticas universitárias, a posição de pouco poder institucional e decisório dessas entidades (no que tange a gestão universitária), os estudantes nessas posições de representação são muitas vezes responsáveis por atender as demandas estudantis buscando os órgãos responsáveis da universidade. Apesar de que campanhas, atos e protestos possam ser feitos de forma autônoma por essas entidades, muitas vezes ocorre dessas entidades buscar parcerias em órgãos da universidade para viabilizar determinadas demandas ou políticas orientadas aos estudantes. Outra ressalva que precisa ser feita é que participar dos espaços institucionalizados da UnB destinado aos estudantes não implica em perder os vínculos, mesmo que de maneira formal, com os grupos políticos estudantis. Essa dinâmica do movimento estudantil cria uma relação em que as pessoas que fazem parte dessas entidades de representação tem que a todo momento mediar relações entre os estudantes e os setores da UnB.

Em um primeiro momento, parecem discussões muito afastadas, o que se justifica pelo fato dos estudantes, dentro da universidade, não serem vistos como passíveis de incorporar posições de gestão pelos outros atores da UnB. Contudo, existe um ponto de contato na forma como se dá as relações de mediação. Abers e Tatagiba (2014) relatam o desafio de ativistas institucionais, que possuem compromisso com as pautas feministas, de a partir disso imprimir políticas públicas que promovam essas mesmas pautas. As autoras notaram que as ativistas nessas posições dentro do governo expressavam uma frustração com o movimento feminista, com relação à forma como abordavam certos temas (ABERS; TATAGIBA, 2014). Apesar de sentirem que tinham sua “autenticidade” questionada por algumas militantes do movimento feminista, Abers e Tatagiba (2014, p. 20) percebiam que essas ativistas se identificavam fortemente com as ideias feministas, compreendiam de certa forma as críticas direcionadas mesmo que discordassem delas. Essa é a mesma sensação que representantes discentes possuem

com a percepção de alguns participantes do movimento estudantil sobre sua atividade nos conselhos.

“Então eu penso que é um erro tático da esquerda não disputar esses espaços porque assim ela não consegue prestar um serviço ao estudante, que o estudante espera, que faz parte da vida dele. Então, há uns dois anos eu, nos espaços institucionais, comecei também a buscar melhorar a iluminação, a buscar melhores condições de mobilidade, enfim, para poder fazer o contraponto progressista a essa narrativa que a gente só pensa nacional e não pensa no específico e no concreto. Então apesar de entender as razões que levam as pessoas a não se interessarem pelos conselhos, eu acho que é um equívoco que você não consegue converter as oportunidades que a Universidade te apresenta em um benefício concreto a seus pares” (João Marcelo).

Essa relação delicada com os participantes do movimento estudantil é uma combinação de dois fatores, um é a dificuldade de promover questões e agendas de interesse da comunidade estudantil nos espaços institucionais da UnB; e outra é que alguns participantes não enxergam que o trabalho cotidiano dos conselheiros atinge as matérias consideradas mais prementes para o movimento estudantil. Dessa forma, o engajamento institucional ocorre sob pressão de várias direções, seja dos próprios participantes do movimento se as posturas não contemplarem de forma satisfatória suas agendas, seja dos próprios agentes da universidade que podem não levar em consideração posturas “muito apaixonadas”. Trata-se de evitar críticas muito acentuadas dos participantes do movimento estudantil, pois são esses que conferem recursos e redes, ao mesmo tempo que relações ruins com os agentes institucionais dificultam a concretização da agenda dos grupos que lhe conferem apoio. Essa forma de lidar com diferentes pressões em uma posição institucional seria o que Abers e Tatagiba (2014) chamaram de ativismo artesanal.

O ativismo dentro da burocracia - se colocando na posição de agente estatal - especialmente em ambientes políticos como o movimento estudantil envolve lidar com as limitações da estrutura burocrática que tende a resistir a mudança (ABERS; TATAGIBA, 2014). Muitos atores inclusive têm dificuldade de se adaptar a esse cotidiano, enquanto outros demonstram uma maior afinidade: “E uma das características que eu assumi desde o começo foi a característica da assiduidade porque por perfil, por eu ter mais afinidade com o espaço institucional”. Muitos participantes continuam a investir na gestão e na burocracia enquanto espaço de ativismo, por entender que, mesmo sendo uma forma de intervenção política com restrições, existia uma capacidade de intervir em políticas públicas de grande escala (ABERS; TATAGIBA, 2014).

Eu não pretendo aqui fornecer algo conclusivo sobre o ativismo institucional. Minha intenção foi utilizar a reflexão que Abers e Tatagiba (2014) trouxeram como uma possibilidade de se analisar um fenômeno que não é apenas a relação dos movimentos sociais com as estruturas do estado, mas as relações de militantes que se começam a pensar campanhas e políticas públicas a partir de posições institucionais. Essa reflexão me chamou a atenção porque apesar de não ser um fenômeno dentro do movimento estudantil de aluno em posições de gestão na universidade, a relação de mediação entre interesses da administração da UnB e dos participantes do movimento estudantil entram em choque a todo momento e são os CAs, DCE e os representantes discentes que mediam essas linguagens ao buscar avançar na agenda estudantil. Se os movimentos sociais podem ser pensados como grandes redes, os ativistas costumam utilizá-las para ganhar suporte, construir alianças, mobilizar reações, ao mesmo tempo que se utilizam de sua experiência no campo dos movimentos sociais para criar projetos, políticas públicas e campanhas a partir da sua posição dentro do Estado (ABERS; TATAGIBA, 2014, p. 26). Por outro lado, essas mesmas redes dos movimentos sociais constroem as ações dos ativistas institucionais quando não conseguem corresponder às expectativas dos militantes dos movimentos sociais, correndo o risco de perder acesso a recursos preciosos (ABERS; TATAGIBA, 2014). Apesar de manterem compromissos com as pautas dos movimentos sociais, os ativistas institucionais podem ter sua legitimidade questionada ao assumir determinadas posições, inclusive agradando apenas alguns grupos dentro dos movimentos sociais. A experiência dos estudantes é sempre de tentar, de certa forma, navegar entre as diversas demandas dos estudantes e limitações das suas entidades e posições dentro da universidade que requer negociações com os ramos administrativos da universidade. O desafio que precisa continuar a ser investigado, do que captei durante a pesquisa de campo, são as dinâmicas entre o movimento estudantil e as instituições da UnB e, indo um pouco além, como o engajamento institucional de alguns estudantes, seja nos CAs, DCE ou representação nos conselhos da faculdade inaugura um desafio de mediar linguagens e códigos entre estudantes e as instituições da UnB de forma avançar nas agendas relevantes.

Conclusão

Esse trabalho é uma expressão da minha trajetória acadêmica tateando o campo da antropologia, se em 2016 eu estava saindo de uma aula para conduzir uma pesquisa sobre as ocupações em um momento de muita euforia entre os estudantes, nesse último semestre eu procurei observar a participação estudantil sem o glamour e o desgaste trazido em momentos como o de ocupações. O que busquei, portanto, no presente trabalho foi investigar a ação política estudantil em momentos distintos, de forma a compreender como funcionavam as dinâmicas dentro da universidade frente a duas estratégias políticas diferentes.

As ocupações possuem um espaço especial no imaginário estudantil, ela é reconhecida não apenas como estratégia para reivindicar as demandas, mas como um instrumento de demonstração de força e autonomia dos estudantes. Além de expressão das lutas encampadas dentro da universidade, é capaz de mobilizar todo um conjunto de emoções e valores em espaços que antes eram ocupados apenas por aulas ou para a execução de alguma atividade administrativa da UnB. Apesar de haver uma grande resistência por parte de outros estudantes, professores e técnicos quanto as ocupações, uma parte considerável do movimento estudantil viu naquelas ocupações de 2016 a concretização de um sonho, a concretização da resistência que não poderiam realizar por outros meios, era um momento que tentava responder às angústias estudantis com relação a questões da conjuntura política que afetavam diretamente a sua vida na universidade.

Quando as ocupações estavam chegando ao seu fim derradeiro, depois da votação em segundo turno da PEC 241/55 (hoje Emenda Constitucional 95), eu fui percebendo que mesmo nessa situação de “anormalidade” dentro da universidade, ainda existia a tentativa estudantil do Consuni, mesmo durante as ocupações, aprovar uma nota demonstrando um posicionamento contrário a referida PEC. Isso me chamou a atenção para o fato de que o Consuni, enquanto órgão máximo de deliberação colegiada da UnB, ainda mantinha seu “status” mesmo durante o período de ocupações, a mudança era na capacidade dos estudantes de pautar as discussões do conselho e mitigar a assimetria em relação aos professores, que costumam ter domínio desses espaços de participação.

De certa forma, as ações do movimento estudantil, mesmo em tempos mais dramáticos da vida na universidade, estavam sempre em diálogo com as instituições formais da UnB. Não tinha como pensar o movimento estudantil fora dessa relação. Isso me fez buscar nesses espaços da

administração superior da UnB, Cepe, Cad e Consuni, outras oportunidades e contextos para observar as relações desenvolvidas entre estudantes, docentes, técnicos e as instituições da universidade. A mudança da rotina etnográfica foi sensível. Não era mais eu correndo de um lado para o outro atrás de determinadas pessoas, de reuniões, da notícia de algum prédio novo ocupado, era eu sentado em uma cadeira, acompanhando uma reunião e tentando buscar algo que fosse render para as minhas discussões. Apesar disso, os primeiros contatos foram de uma grande sensação de que nada estava acontecendo nos conselhos, que era apenas um conjunto de assuntos burocráticos. E nesses momentos, de nada adianta você lembrar da sua orientadora dizendo que o silêncio diz muito ou que nas instâncias estatais na realidade tem muito acontecendo.

O esforço etnográfico me fez perceber que as dificuldades eram, em parte, referentes a naturalização dos processos envolvendo instâncias estatais. Os espaços e categorias que aparentam ser tão naturais, é devido a um esforço estatal de promover e estabilizar agenciamentos, produzir categorias e construir relações que, a priori, não estavam dadas. Estudantes, professores e técnicos são categorias que estão sendo negociadas cotidianamente dentro de uma rede simbólica dentro da universidade; o Estado, dessa forma, não é uma entidade única agindo de forma unívoca, dotado de consciência e intenção, ele se faz no cotidiano de suas atividades. Os agentes do Estado não são uma classe separada de seres humanos, eles estão imersos no cotidiano, nas negociações e disputas dentro da universidade, essa reflexão afastou o abismo que parecia existir entre as categorias de técnicos, estudantes e professores.

Ao perceber que as diferenças dentro da UnB não estão dadas, percebi, nas dinâmicas dos conselhos que o espaço do estudante é bastante reduzido. Os professores compunham a maioria dos conselhos e pautavam quase que a totalidade das discussões, além disso, quando os estudantes faziam alguma intervenção nesses espaços, na maior parte das vezes, eram ignorados ou interrompidos. Portanto, a assimetria que se constituiu nesses espaços não era só numérica, ela se dava nas formas em que ocorriam os diálogos entre professores e alunos.

Os conselhos, por mais que procurem aderir à tese da gestão democrática, não se constituem em espaços de partilha de poder. Existe um lugar destinado ao estudante que não envolve a sua inserção na gestão da universidade. Isso se justifica pela compreensão, por parte dos docentes, de que o corpo estudantil está presente de forma muito transitória dentro da universidade, além de, não existir nenhuma obrigação legal dos estudantes em assumir funções de gestão. Apesar de não haver esse compromisso por parte dos alunos em relação à

administração da UnB, é importante ressaltar que os conselhos são capazes de influir sensivelmente nas vidas dos estudantes, em aspectos, inclusive, de certas vulnerabilidades. São nesses assuntos que a retórica de gestão democrática convive com a desautorização dos estudantes em aspectos que dizem respeito a sua própria vida.

O que procurei fazer no capítulo final desse trabalho foi perceber que existia uma permeabilidade entre as ações do movimento estudantil como atos e protestos com suas ações dentro dos conselhos da universidade. Dessa forma, os estudantes transitavam por esses espaços, não sendo possível separar essas duas formas de ação política dentro da universidade. Além do mais, os estudantes que ocupavam posições mais institucionalizadas, como representantes discentes, Centros Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes precisam mediar uma relação delicada entre as demandas da sua base correspondente no movimento estudantil com a rigidez do aparelho burocrático universitário. Isso gera frustrações em muitos militantes, mas alguns percebem como uma possibilidade para trazer mudanças concretas para seus pares, sempre avançando na agenda do movimento estudantil, mesmo que de forma bastante gradual.

A investigação da ação política estudantil em dois momentos diferentes revelou que não eram ações antagônicas, mas se complementavam devido a uma relação muito próxima entre o movimento estudantil e as demais instituições da universidade. De certa forma, acredito que mesmo as ações consideradas “menos” institucionais, como as ocupações, possuem fortes ligações com essas instituições e vice-versa. Não há como estudar movimentos sociais sem considerar as relações que são construídas com agentes e agências governamentais.

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca Neara; TATAGIBA, Luciana. Institutional Activism: Mobilizing For Women's Health From Inside The Brazilian Bureaucracy. 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2014.

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State. *Journal of historical Sociology*, Vol. 1, No. 1, March 1988.

AGUIÃO, Silvia. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo; LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. [trad.] Mariza Corrêa. Campinas, São Paulo. Papyrus, 1996.

_____. *Questões de Sociologia*. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal, Ltda, 2003.

_____. *Coisas Ditas*. [trad.] Cássia R. da Silveira e Denise Monteiro Pegorim. São Paulo. Brasiliense, 2004.

_____. *O Senso Prático*. [trad.] Maria Ferreira. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos - Revista Científica*, Vol. 11, N. 1, enero-junio, 2009, pp. 97-121. Universidade Nove de Julho, Brasil.

Calil, Gilberto. Estado, democracia e resistências: reflexões sobre as jornadas de junho de 2013 no Brasil, 2015. Disponível em:

<http://www.teoriacritica.com.ar/eventos/congresos-jornadasencuentros/jornadasinternacionales-actualidad-de-la-teoria-critica/ponencias/602-2/estado-democraciae-resistencias-sociais-reflexoes-sobre-as-jornadas-de-junho-de-2013-nobrasil?print=pdf>

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão - Ano XV - no 27 - 2012*, pp. 83-100.

CASTILHO, Sérgio Ricardo; LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa. Etnografando burocratas, elites e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas. In: _____ (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2014.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. El Estado y sus márgens. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 8 junho de 2008, GERI-UAM.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. 2ª ed. Blackwell Publishing, 2006.

FERRARO, Karina Perin; DAL RI, Neusa Maria. Movimento estudantil e a democratização da universidade. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL - TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO: "LÊNIN 90 ANOS DEPOIS - POLÍTICA, FILOSOFIA E REVOLUÇÃO". Anais. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2014.

FEUER, L. *Conflict of generations. The character and significance of students movements*. Nova York/Londres: Basic Books Publishers, 1969.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. Lua Nova no.17 São Paulo, Junho, 1989.

GLUCKMAN, Max. Rituais de rebelião no sudeste da África. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, Brasília, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Teoria Dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOSMOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS1.pdf>. Acessado em 15 de novembro de 2018.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, pp. 333-361, 2011.

GOLDSTONE, Jack A., ed. 2003. States, Parties, and Social Movements. Cambridge: Cambridge University Press.

GUATTARI, Felix. As Novas Alianças: movimentos sociais & movimentos alternativos. In: Desvios. Ed. Paz e Terra, 1986.

GUIMARÃES, G. G. e GRINSPUN, M. P. S. Z. Revisitando as origens do termo juventude: a diversidade que caracteriza a identidade. In: Site da 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt20-4136-int.pdf>> Acesso em 12 de novembro de 2018.

GUPTA, Akhil. Red Tape Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India. Duke University Press Durham and London 2012.

HALL, G. S. Adolescence: its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education (Vols. I & II). New York: D.Appleton & Co, 1904.

HERZFELD, Michael. The Social Production of Indifference. University Of Chicago Press, 1993.

MEAD, M. Adolescência, sexo e cultura Samoa. Barcelona. Editorial Laia, 1975.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Revista Brasileira de Educação N°5-6. São Paulo: anped, 1997.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. Lua Nova, n. 72, p. 115-142, 2008.

NADER, Laura. 1972. “Up the anthropologist – perspectives gained from studying up”. In: Dell H. Hymes (Ed.), *Reinventing anthropology*. New York: Pantheon Books.

O'DONOGHUE, J., KIRSHNER, B., MCLAUGHLIN, M. W. “Moving youth participation forward”. *New Directions for Youth Development: Theory, Practice and Research*, N. 96. San Francisco, 2003.

PEIRANO, Mariza (Org.). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2002.

_____. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

Plano Orientador da Universidade de Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1962. Disponível em: <http://www.unb.br/documentos>. Acessado em 8 de novembro de 2018.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.

SALLES, Tatiana & FRANCH, Monica. “A nova onda liberal: acordos e conflitos de uma geração”. *18º Congresso Brasileiro de Sociologia*, 26 a 29 de julho de 2017.

TAMBIAH, S. J.. Culture, Thought, and Social Action. An Anthropological Perspective. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985.

TEIXEIRA, Carla Costa. Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo; LIMA, Antônio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contracapa; Faperj, 2014.

TEIXEIRA, Carla Costa; CRUVINEL, Lucas & FERNANDES, Renato. Notas etnográficas sobre mentiras, segredos e verdades no Congresso Brasileiro (working paper). Série Antropologia, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Carla Costa; DIAS DA SILVA, Cristina. Saúde indígena no Brasil: reflexões sobre formas de violência, 2018. Manuscrito não publicado.

TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO Andréa. Pesquisa como função de Estado? Reflexões etnográficas sobre uma instituição in between, 2015. Manuscrito não publicado.

TILLY, Charles. From mobilization to revolution. Random House, New York, 1978.

_____. Regimes and Repertoires. The University of Chicago Press, Ltd., London, 2006.

TOURAINÉ, Alain. "An Introduction to the Study of Social Movements". Social Research, Vol. 52, No. 4, Social Movements (WINTER 1985), pp. 749-787.

VECHIA, Renato da Silva Della. "Movimentos Sociais e Movimentos Estudantil". Sociedade em Debate, Pelotas, pp. 31-54, 2012.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar Editores Ltda, 1981.

Wood, Ellen. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.